

TARLEY FANTAZZINI

**ANÁLISE INTERPRETATIVA DO PROCESSO DE ORIENTAÇÃO DOS  
PRODUTORES RURAIS COOPERADOS E NÃO-COOPERADOS DE DUAS  
COOPERATIVAS SITUADAS NAS ZONAS FISIAGRÁFICAS SUL E ALTO  
JEQUITINHONHA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

Tese apresentada à Escola Superior de Agricultura de Lavras como parte das exigências do curso de Mestrado em Administração Rural, para obtenção do grau de "Magister Scientiae".

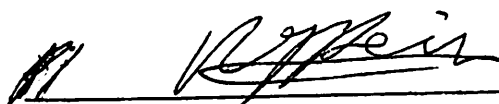
**CENTRO de DOCUMENTAÇÃO  
CEDOC/DAE/UFLA**

**ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA DE LAVRAS  
LAVRAS - MINAS GERAIS**

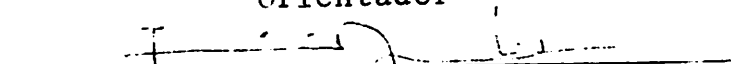
**1979**

ANÁLISE INTERPRETATIVA DO PROCESSO DE ORIENTAÇÃO DOS PRODUTORES  
RURAIS COOPERADOS E NÃO-COOPERADOS DE DUAS COOPERATIVAS SITUADAS  
NAS ZONAS FISIAGRÁFICAS SUL E ALTO JEQUITINHONHA DO  
ESTADO DE MINAS GERAIS

APROVADA:

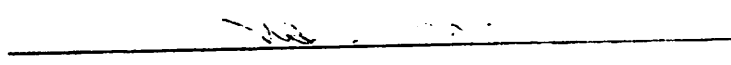


Professor Edgard Alencar  
Orientador



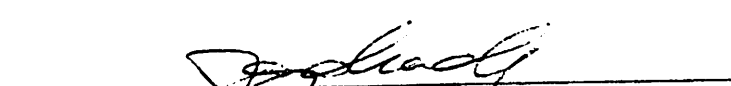
---

Professor Juvêncio Braga de Lima



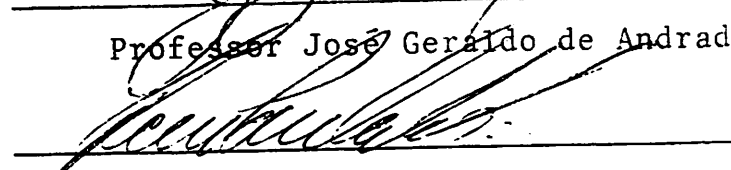
---

Professor Vander Azevedo de Moraes



---

Professor José Geraldo de Andrade



---

Professor Vicente Paula Vitor

DEDICATÓRIA

À minha mãe pelo estímulo incansável  
Aos meus familiares pelos sacrifícios  
E a Deus por tudo.

## AGRADECIMENTOS

Ao professor EDGARD ALENCAR, agradecimento especial pela sua dedicação, pela sua atenção, pelo seu entusiasmo transmitido como orientador neste trabalho, e finalmente pela sua capacidade, motivos pelos quais pudemos chegar ao final desta jornada.

Ao DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, Minas Gerais, a nossa sensibilidade, por ter permitido o uso dos dados originais dos Questionários da PESQUISA "VALORIZAÇÃO DA COOPERATIVA AGRÍCOLA DE GOUVEIA (MG)", cujo acervo constitui patrimônio daquela Universidade.

Ao Colega e amigo JASIEL CESAR, um reconhecimento especial, pela permissão do uso dos Questionários (originais) da Pesquisa "VALORIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO E DA COOPERATIVA NO SUBSISTEMA RURAL". Um Estudo de Caso - Sul de Minas. 1977.

Aos professores Juvêncio Braga de Lima, Vânder Azevedo de Moraes, José Geraldo de Andrade e Vicente Paula Vitor pela orientação e sugestão apresentadas.

Aos alunos Geraldo Cirilo e Zilda Idalina à grati

dão do autor.

E a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que pudéssemos chegar ao término deste trabalho.

## BIOGRAFIA DO AUTOR

TARLEY FANTAZZINI, filho de Alfredo Fantazzini e Carolina Furbeta Fantazzini, nasceu em Lavras, Estado de Minas Gerais.

Concluiu o primário no Grupo Álvaro Botelho, o Comercial Básico e o Técnico em Contabilidade no Instituto Gammon.

Em 1965 formou-se como Engenheiro Agrônomo pela Escola Superior de Agricultura de Lavras.

Em 1º de agosto de 1975 ingressou no Curso de Mestrado em Administração Rural na Escola Superior de Agricultura de Lavras.

## SUMÁRIO

	Página
1. INTRODUÇÃO .....	1
1.1. O problema e sua importância .....	1
1.2. Objetivos .....	8
1.2.1. Objetivo geral .....	8
1.2.2. Objetivos específicos .....	9
2. MATERIAL E MÉTODOS .....	11
2.1. Orientação teórica .....	11
2.2. Definição de variáveis .....	16
2.3. Hipótese .....	20
2.4. Formas de análise das variáveis .....	21
2.5. Áreas do estudo .....	21
2.5.1. Zona Fisiográfica do Sul .....	22
2.5.2. Zona Fisiográfica do Alto Jequitinhonha .....	25
2.6. Amostragens .....	29
2.7. Técnicas de coleta de dados .....	31
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	32
3.1. Orientação dos produtores rurais .....	32

3.1.1. Condições percebidas pelos produtores como obstáculos ao desenvolvimento de suas atividades agropecuárias .....	33
3.1.2. Meios apontados .....	42
4. CONCLUSÕES E SUGESTÕES .....	66
4.1. Conclusões .....	66
4.2. Sugestões .....	71
5. RESUMO .....	73
6. SUMMARY .....	75
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	77
8. APÊNDICE .....	82



## LISTA DE QUADROS

Quadro		Página
1	Número de Cooperativas segundo a classificação de Cooperativas e Micro-Regiões no Sul de Minas .....	25
2	Número de Cooperativas e Estrutura Percentual em Relação ao Total do Estado. 1971. ....	28
3	Composição das amostras das Pesquisas "Valorização da Administração e da Cooperativa no Subsistema Rural: um estudo de caso" - Sul de Minas 1977 .....	30
4	Composição das amostras da Pesquisa "Valorização da Cooperativa Agrícola de Gouveia (MG)" Gouveia 1974 .....	30
5	Cooperados e Não-Cooperados, Área da Propriedade e Percentagem das Frequências das Condições Apontadas como Obstáculos ao Desenvolvimento das Atividades Agropecuárias. Cooperativa de Gouveia.(1974)..	35
6	Cooperados e Não-Cooperados, Área da Propriedade e Percentagem das Frequências das Condições Apontadas como Obstáculos ao Desenvolvimento das Atividades Agropecuárias. Cooperativa Sul-Mineira.(1977).	36

Quadro	Página
7 Cooperados e Não-Cooperados, Área da Propriedade e Percentagem das Frequências dos Locais de Compra de Insumos, Máquinas e Equipamentos. Cooperativa de Gouveia. 1974.....	40
8 Cooperados e não-Cooperados, Área da Propriedade e Percentagem das Frequências dos Locais de Compra de Insumos, Máquinas e Equipamentos. Cooperativa Sul-Mineira. 1977 .....	41
9 Cooperados e Não-Cooperados, Classe de Tamanho de Propriedade e Meios Apontados como Capazes de Solu- cionar os Problemas Percebidos. Cooperativa Sul- Mineira. 1977 .....	44
10 Cooperados e Não-Cooperados, Classe de Tamanho de Propriedade e Meios Apontados como Capazes de So- lucionar os Problemas Percebidos. Cooperativa de Gouveia. 1974 .....	47
11 Cooperados e Não-Cooperados, Classe de Tamanho de Propriedade e Motivos pelos quais não Indicaram a Cooperativa como um Meio para a Solução dos Proble- mas Apontados. Cooperativa Sul-Mineira, 1977 .....	51
12 Cooperados e Não-Cooperados, Classe de Tamanho de Propriedade e Motivos pelos quais não Apontaram a Cooperativa como um Meio para Solução dos Proble- mas Percebidos. Cooperativa de Gouveia. 1974 .....	54
13 Cooperados, Classe de Tamanho de Propriedade e Mo- tivos pelos quais não Adquiriam todos os Insumos na Cooperativa. Cooperativa Sul-Mineira. 1977 .....	58

Quadro	Página
14	Não-Cooperados, Classe de Tamanho de Propriedade e Motivos pelos quais não se Associam à Cooperativa onde poderiam Adquirir os Insumos. Cooperativa Sul-Mineira. 1977 ..... 59
15	Cooperados e Não-Cooperados, Classe de Tamanho de Propriedade e Percentagem das Frequências dos Motivos pelos quais o Leite não é Comercializado Através da Cooperativa. Cooperativa Sul-Mineira, 1977.. 60
16	Percentagem das Frequências dos Motivos pelos quais os Produtores não Adquiriam Insumos na Cooperativa. Cooperativa de Gouveia. 1974..... 61
17	Composição Percentual dos Serviços que uma Cooperativa Deveria Oferecer, por Categoria e Classe de Tamanho da Propriedade. Amostra em Estudo. Sul de Minas. 1977 ..... 64
18	Composição Percentual dos Serviços que uma Cooperativa Deveria Oferecer por Classe de Tamanho da Propriedade. Gouveia (MG). 1974 ..... 65
19	Resultado do Teste de $X^2$ entre Amostras de Cooperados e Não-Cooperados e Processo de Orientação. Cooperativa Sul-Mineira, 1977 ..... 85
20	Resultados do Teste $X^2$ entre Amostras de Cooperados e Não-Cooperados e Processo de Orientação. Cooperativa de Gouveia, 1977 ..... 84

## LISTA DE FIGURAS

Figura	Página
1 Modelo para Análise da Orientação do Produtor Rural e seleção da Cooperativa como um meio Alternativo para Solução dos problemas oriundos de suas atividades agropecuárias .....	12
2 Mapa do Estado de Minas Gerais dividido em Zonas Fisiográficas .....	23

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1. O problema e sua importância

O cooperativismo como doutrina e prática surgiu na primeira metade do século XIX em pleno período de efervescência das mudanças econômicas e sociais provocadas pela "revolução industrial", que então ocorria na Europa e com mais vigor na Inglaterra, onde o rápido crescimento do uso da máquina, o "factory system", o liberalismo econômico e uma severa legislação impunham ao proletariado inglês duras condições de existência, TOUCHARD (32). Tais mudanças inspiraram, como uma de suas conseqüências, o surgimento de ideologias, representando novas formas de interpretação do mundo e de organização da sociedade como as chamadas doutrinas socialistas. Como observa TOUCHARD (32) as primeiras doutrinas, correntemente classificadas de socialistas, vêm à luz em uma Inglaterra periodicamente sacudida por profundas crises, especialmente em 1815. Tais doutrinas constituíram fundamentos de inspiração do cooperativismo e as obras dos pensadores como Robert Owen e William Thonson, apontados por MAUER (15) como dois dos precursores do cooperativismo, foram redigidas neste período.

A exemplo dessas doutrinas o cooperativismo apresentava-se também como uma doutrina reformista e, segundo PINHO (23), ela foi sistematizada como parte de um conjunto de reações que procuravam atenuar ou suprir os desequilíbrios econômicos e sociais resultantes do liberalismo econômico.

PINHO (23) reunindo as principais normas (ou princípios), inclusive as debatidas pelos pioneiros, depois de 1895, em congressos de "Aliança Cooperativa Internacional", esquematiza a doutrina cooperativa nos tópicos: "Finalidade Principal" e "Meio Utilizado", o que ilustra o caráter reformista desta doutrina.

(a) Finalidade Principal - corrigir e modificar o meio econômico-social, pacífica e gradativamente, com base nas cooperativas de consumo (hegemonia do consumidor), destacando os seguintes pontos: prestar serviços; eliminar a concorrência; eliminar o assalariado; eliminar o lucro; obter o "justo preço"; realizar a República Cooperativa".

(b) Meio Utilizado - Cooperativas organizadas segundo os princípios dos Pioneiros de Rochdale; adesão livre; gestão democrática; retorno "pro rata" das operações; taxa limitada de juros ao capital; difusão da educação; cooperação entre as cooperativas; neutralidade política; neutralidade religiosa; neutralidade racial e social; venda pelo "justo preço"; vendas a dinheiro; transações apenas com membros; aspiração à República Cooperativa.

O cooperativismo, tal como fora concebido pelos Pioneiros de Rochdale em 1844, apresentou modificações ao se adap

tar ao capitalismo liberal. A adaptação, com conseqüentes alterações nos seus princípios, foi condicionada por fatores ambientais. Como observa BORDA (3), os Pioneiros de Rochdale se enfileiravam numa confrontação fundamental entre eles mesmos e com o meio-ambiente ou continuavam como uma ilha cultural e não cresciam - antes poderiam mesmo parecer - ou se amoldavam às circunstâncias e modificavam o sentido de seus próprios princípios. BORDA (3) comenta que tal modificação adaptativa dos seus princípios veio ocorrer - ainda no século XIX. Em 1826, após várias sessões turbulentas, os Pioneiros de Rochdale chegaram ao seguinte expediente: seus trabalhadores seriam tratados como os das demais empresas e assim, segundo o autor, caíram por terra os princípios tão alardeados da cooperação, dando passo aos do cooperativismo moderno, ajustando ao capitalismo liberal.

O cooperativismo, segundo ALENCAR (1), tem assumido várias formas as quais são resultantes das adaptações aos sistemas sociais de diferentes ideologias. Mas, segundo este autor, independente da forma de concretização, a cooperativa é percebida como um instrumento ou meio para a solução de várias necessidades do homem.

De fato, comenta PINHO (23), atualmente, enquanto no regime capitalista a doutrina cooperativa procura atenuar os desequilíbrios entre o consumidor e as forças hostis ao seu interesse, no meio socialista é elemento de consolidação da estrutura econômico-social. Nos dois casos assinala esta autora, presta serviços através de seu instrumento de ação, que é a cooperativa atu

ando como importante meio de desenvolvimento econômico e valorização do homem, de educação democrática e de educação técnica, de elevação do nível de vida de população.

ALENCAR (1) considera que uma das funções atribuídas pelo setor público dos países subdesenvolvidos ao cooperativismo, é a função modernizadora e de interação do sistema rural ao processo de desenvolvimento urbano-industrial. Embora no Brasil os contatos com o movimento cooperativista internacional tenham começado por iniciativa particular ainda no século XIX 1/, somente a partir de 1932 o cooperativismo apresentou uma apreciável expansão, o que é atribuído por PINHO (23) ao fato do poder público ter visto nas cooperativas uma das mais eficientes soluções para os graves problemas resultantes da conjuntura econômica oriundos da Primeira Grande Guerra, da crise de 1926 e da própria estrutura econômica brasileira, tão fragilmente assentada sobre a monocultura extensiva e enfrentando graves crises do café. Em decorrência desta situação tem-se a promulgação da lei básica do cooperativismo brasileiro com o Decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932 que, segundo PINHO (23) desfez as confusões até então frequentes entre as cooperativas e outras sociedades.

O fortalecimento do setor cooperativo adquiriu a partir de 1932 fundamental importância para a consecução dos objetivos e metas de políticas agrícolas, particularmente dado o po

---

1/ - Segundo PINHO (23), Charles Gide, um dos sistematizadores da doutrina cooperativista, faz referência à participação de Santana Nery como representante brasileiro no Congresso Cooperativista realizado na França, em 1889.



tencial que essa forma de organização oferece para a transformação da Agropecuária brasileira.

Nos últimos anos essa perspectiva alcançou dimensões prioritárias entre as metas do governo. A transcrição de parte de documentos e pronunciamentos oficiais podem ilustrar o significado instrumental que o setor público atribui à cooperativa, considerando-a como um agente modernizador do setor rural e integração deste ao processo de desenvolvimento urbano-industrial, na esperança de que ela contribua para a solução de problemas como aparelhagem técnica, armazenamento, comercialização, aquisição de insumos entre outros:

"Para a concretização das modificações da estrutura reprodutiva e da política de tecnificação, serão necessárias medidas para a modernização do sistema empresarial agrícola nas áreas afetadas, complementadas por uma reestruturação dos sistemas de comercialização: Essas medidas visarão a associar os produtores em associações e em cooperativas de produção e comercialização, através das quais o setor público aplicaria sua política de crédito, assistência técnica e de comercialização, MINAS G. (20, p. 9)".

"O sistema cooperativista será ampliado e fortalecido de modo a capacitar-se para desempenhar um importante papel na consecução dos objetivos da política agrícola, permitindo que o programa de introdução de nova tecnologia agrícola alcance de modo mais eficaz o pequeno e médio agricultor, BRASIL (4 p.63)".

"O II Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico

e Social tem como meta - "Criação da infra-estrutura técnica, gerencial e educacional, como a utilização dos órgãos da SOAPA, para orientar, assistir e fiscalizar as cooperativas, visando ao seu desenvolvimento; estabelecer uma consciência integracionista junto aos associados e cooperativas; incentivar a expansão da agropecuária, através de um eficiente sistema de comercialização pelas cooperativas MINAS GERAIS (20).

A política de fortalecimento e concretização do cooperativismo brasileiro, é incrementada pelos seguintes órgãos governamentais : Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA- com as funções de orientação, assistência, controle e fiscalização das Sociedades Cooperativas (Lei nº 5764/71); Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), tendo como função, suporte financeiro (Decreto Lei nº 70/21.11.66); Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMBRATER - com a função de assistência aos produtores rurais, assinalando posição com que reforça a expansão e a consolidação do cooperativismo em todo o país; Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB-Lei 5763/71) órgão técnico e consultivo do Governo.

No entanto, os dados demonstram que nem sempre as cooperativas estão desempenhando as funções que o setor público lhes está atribuindo. O "Diagnóstico do Cooperativismo em Minas Gerais" (19) demonstrava que, em 1972, das 580 cooperativas então existentes neste Estado, 232 (cerca de 40%) estavam em situação irregular perante a Lei, inativas ou em estado de insolvência.

Segundo ALENCAR (1), em relação às funções que o

setor público atribui às cooperativas, a situação na qual se encontram algumas cooperativas mineiras seria tomada como disfuncional, isto é, não estão sendo capazes de desempenhar o papel de integração do sistema rural ao processo de desenvolvimento urbano-industrial, razão pela qual o "Diagnóstico do Cooperativismo em Minas Gerais" considera, estarem tais cooperativas "distorcendo" o sistema cooperativista brasileiro.

O baixo grau de participação e interesse dos cooperados nos assuntos da cooperativa, MAUER (15), a falta de cooperação entre agricultores, GALJART (9), juntamente com o baixo nível de educação formal e conhecimento sobre cooperativismo, PINHO (24), inadequada habilitação técnica dos administradores de cooperativas; PINHO (13), MAUER (15), GAVA (23), interferência de interesses políticos locais na cooperativa, MAUER (15) e RIOS (27) são apontados como possíveis fatores explicativos de situações como as detectadas no cooperativismo mineiro.

O exame da literatura sobre o cooperativismo demonstra ainda que, poucos são os trabalhos que se preocuparam em analisar o cooperativismo a partir do significado que tais organizações possuem para os produtores rurais. Tal análise não está presente, nos estudos que apontam o baixo grau de participação e interesse nos assuntos da cooperativa por parte dos seus associados como um dos fatores explicativos do insucesso de muitas experiências nesse campo. Nestes estudos e não-participação é detectada e sobre este fato infere-se suas conseqüências mas não se preocupa em analisar os motivos que levam os cooperados ao desinteresse e não-participação.

PARSONS (21) coloca a conduta como uma ação que consiste de estruturas e processos através dos quais os seres humanos formam intenções significativas, orientadas e desenvolvidas em relação a uma situação. RODRIGUES (28) diz que para haver uma carga efetiva pró ou contra um objeto social definido, faz-se mister que se tenha alguma apresentação cognitiva deste mesmo objeto. A detecção do significado que os produtores rurais atribuem à cooperativa é uma forma básica para compreender as suas atitudes e comportamentos em relação a este tipo de organização. Tal abordagem parece permitir não somente detectar os fatos mas, também, os seus fatores condicionantes que, por outro lado, poderiam trazer aos órgãos de difusão e assistência ao cooperativismo, um conjunto qualitativo de informações sobre os quais eles poderiam formular seus planos de ação junto à população rural.

Neste trabalho, através de análises de duas pesquisas conduzidas em dois municípios mineiros, localizados em duas regiões que apresentam características distintas quanto ao seu grau de desenvolvimento Alto Jequitinhonha e Sul, procura-se analisar a percepção dos produtores rurais, cooperados e não-cooperados, quanto à função atribuída às cooperativas pelo setor público: um meio de solução de problemas oriundos das atividades desenvolvidas nas empresas rurais.

## 1.2. Objetivos

### 1.2.1. Objetivo geral

Analisar o significado que os produtores rurais de

duas amostras, extraídas de dois municípios mineiros localizados em duas regiões com diferentes graus de desenvolvimento, atribuem à cooperativa como um meio alternativo para a solução de problemas pertinentes às atividades desenvolvidas em suas empresas.

### 1.2.2. Objetivos específicos

Especificamente este estudo procura, através da análise de questionários aplicados a uma amostra de cooperados e não-cooperados da área abrangida pela "Cooperativa Agrícola de Gouveia", Minas Gerais <sup>1/</sup> e a uma amostra de cooperados e não-cooperados de uma cooperativa sul-mineira <sup>2/</sup>, identificar e comparar:

(a) Os problemas percebidos pelos produtores rurais como obstáculos ao desenvolvimento de suas atividades agropecuárias entre:

- as amostras de cooperados e não-cooperados de uma mesma área de estudo;
- as amostras de cooperados e não-cooperados das duas áreas de estudo;

(b) As orientações manifestadas pelos produtores rurais com vista à solução dos problemas percebidos entre:

- 
- 1/ - Dados coletados por Edgard Alencar para a realização de sua tese de mestrado "Valorização da Cooperativa Agrícola de Gouveia-MG apresentada à Universidade Federal de Viçosa(1).
- 2/ - Dados coletados por Jaziel César para a elaboração de sua tese de mestrado "Valorização da Administração e da Cooperativa no Subsistema Rural: um estudo de caso" apresentada à Escola Superior de Agricultura de Lavras (2).

- as amostras de cooperados e não-cooperados de uma mesma área de estudo;
- as amostras de cooperados e não-cooperados das duas áreas de estudo.

(c) Comparar as amostras de cooperados e não-cooperados de uma mesma área quanto aos meios apontados para a solução dos problemas percebidos como obstáculos ao desenvolvimento de atividades agropecuárias.

## 2. MATERIAL E MÉTODOS

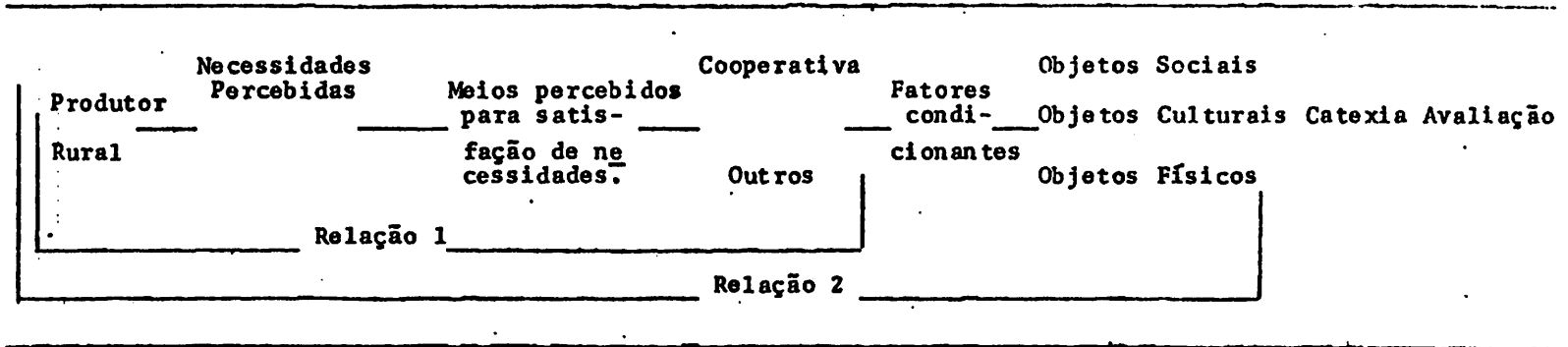
### 2.1. Orientação teórica

Qualquer teoria sobre o comportamento social, até onde permite a existência dos fenômenos subjetivos, deve, segundo DAVIS (6), levar em consideração os irredutíveis componentes da ação humana e que, assim fazendo, é capaz de tornar-se mais sistemático e flexível. Este autor considera que a forma mais simples de expor esta tarefa consiste em adotar o ponto de vista do agente participante.

Este ponto de vista é adotado no modelo utilizado neste estudo, (Figura 1), para a análise da orientação do produtor rural em relação à Cooperativa, formulado a partir do modelo apresentado por PARSONS (22) para o estudo da ação social e nas a bordagens, originadas deste modelo, apresentadas por DAVIS (6) e GERMANI (11).

Estes autores consideram a conduta humana como uma ação orientada para a obtenção de fins ou metas, tendo lugar em situações, sendo normativamente regulada e implicando em gasto de

**FIGURA 1 - Modelo para Análise da Orientação do Produtor Rural e Seleção da Cooperativa como um Meio Alternativo para Solução dos Problemas Oriundos de suas Atividades Agropecuárias.**





energia, esforço ou motivação. Para DAVIS (6) a ação pode ser analisada em termos de quatro fatores indispensáveis e inseparáveis sendo um deles o agente da ação e, os outros três, elementos da situação, a saber: fim, condições, meios.

O agente, denominado por PARSONS (22) e GERMANI (11) de ator, é considerado como um indivíduo (ou coletividade) socializado, dotado de percepção e experiência, que toma decisões e raciocina sobre elas.

A situação consiste naquela parte do mundo que tem significado para o agente, sendo constituída pelos seguintes objetos de orientação: físicos, sociais, culturais. Os objetos sociais são os outros agentes cujas reações e atitudes são significativas para o agente tomado como ponto de referência na análise. Os objetos culturais constituem o marco normativo da conduta do agente, representados pelas normas, valores e conhecimentos. Tais objetos podem ser fim, meio ou condição de uma ação.

Fim, meta ou objetivo de uma ação é um estado futuro que o agente procura atingir e para isto está disposto a desenvolver a ação. Os meios são aqueles elementos da situação sobre os quais o agente tem controle e que ele pode utilizar para atingir o seu objetivo. As condições são aqueles elementos situacionais sobre os quais o agente não tem controle e que impõem limitações à sua ação.

Neste estudo o fim ou meta de uma ação ou ações seria a satisfação das necessidades percebidas pelo produtor rural, oriundas das atividades desenvolvidas na sua empresa. A coopera-

tiva, tendo como referência este quadro teórico e as funções que lhe são atribuídas pelo setor público, constitui um dos meios situacionais que o produtor poderá ou não usar para a solução dos problemas que percebe como obstáculos à realização de suas atividades agropecuárias. As condições são todos aqueles elementos da situação que, segundo a percepção do produtor, impõem limitações à satisfação de suas necessidades, bem como a limitação ou não da utilização da cooperativa como um meio alternativo.

A existência de um fim implica não somente em esforço ou motivação, como também nos obstáculos que se lhe antepõem e meios para atingi-lo. Muitas vezes é possível atingir os mesmos fins por meios diversos, cabendo ao agente, uma considerável possibilidade de escolha dos meios que vão ser utilizados. A relação que o agente estabelece entre os meios, condições e fim, quando empenhado na seleção de um caminho alternativo entre as possíveis opções existentes para a satisfação de uma necessidade (obtenção de um fim), é denominado de processo de orientação. Este processo está esquematizado na Figura 1.

As relações 1 e 2, apontadas no esquema da Figura 1, representam o modo cognitivo do processo de orientação. O modo cognitivo compreende o processo pelo qual um agente percebe um objeto em relação às suas necessidades. Inclui portanto:

(a) Relação 1 - a localização de um objeto por exemplo, a cooperativa, entre um conjunto de outros objetos presentes na situação como um possível meio para satisfação de suas necessidades;

(b) Relação 2 - determinação das possíveis propriedades e diferenciações atuais desse objeto em relação aos demais objetos situacionais, inclusive as condições.

Uma vez que a propriedade gratificante de um objeto não é a ele intrínseca, mas decorre, segundo PARSONS (22) da sua relação com classes gerais de objetos ou de fatores condicionantes de natureza social, cultural ou física como mostra Figura 1, a relação dois torna-se então fundamental para esta análise, pois será ela a responsável pelas representações cognitivas que o agente possui de um dado objeto.

Assim as ações de outros atores (objetos sociais), quando do processo de interação social, são objetos significativos para a conduta do ator tomado como ponto de referência para a análise, podendo revestir de significado para a orientação do produtor em relação à cooperativa, interferindo positiva ou negativamente neste processo. O sentido positivo pode caracterizar por uma maior adesão a esta instituição na medida em que os benefícios obtidos pelos cooperados constituem fatores que condicionam a associação de outros indivíduos. O sentido negativo, por outro lado, pode estar associado à resistência do produtor em aceitar a cooperativa como um meio para a solução de seus problemas por considerá-la como um instrumento que outras pessoas manipulam para a obtenção de benefícios próprios ou de grupo. A exemplo deste fato os demais fatores situacionais podem condicionar o processo de orientação do ator.

À medida que objetos são localizados e discriminados, a modo cognitivo, o agente confere aos mesmos uma significa-

ção efetiva, positiva ou negativa, de acordo com as capacidades que tais objetos possuem para gratificar ou privar de gratificações as necessidades do agente. Este processo é denominado de ca te x i a. O modo avaliativo constitui a procura, por parte do agente, entre os vários objetos catectados, a busca de uma maximização da sua satisfação. Daí poderá ou não resultar a escolha da cooperativa, por parte do produtor, como um meio para a satisfação de suas necessidades.

## 2.2. Definição de variáveis

Para o estudo do processo de orientação do produtor rural em relação à cooperativa, adotou-se o seguinte conjunto de variáveis: (a) necessidades percebidas; (b) orientação formal com objetivos coletivos; (c) orientação formal com objetivos indi vidu ais; (d) orientação informal; (e) orientação institucional.

As necessidades percebidas referem-se àqueles ele mentos que, do ponto de vista do produtor rural, são considerados obstáculos ao desenvolvimento de suas atividades agropecuárias e que, portanto, necessitam ser contornadas ou solucionadas.

O termo formal classifica as orientações que estão voltadas para as funções da cooperativa, estatutariamente definidas. Elas estão fundamentadas na relação entre as fun ções de se m p e n h a d a s pela cooperativa, ou que esta pode desempenhar e as necessidades percebidas pelo produtor rural. A orientação formal é dividida, por sua vez, em duas categorias a saber: (a) orientação voltada para objetivos econômicos individuais; (b) orientação

voltada para objetivos econômicos coletivos.

Na primeira categoria, as cooperativas seriam vistas como um meio de satisfação de objetivos econômicos individuais, enquanto, na segunda, a orientação está voltada para uma "situação de classe" por exemplo, o fato de os produtores visualizarem a cooperativa como um instrumento que lhes oferece possibilidade de ampliar a retenção de sua parcela no preço final do seu produto. Situação de classe possui aqui o significado atribuído por WEBER (33, p.212): (...) oportunidade típica de oferta de bens, de condições de vida exteriores e experiências pessoais de vida, e na medida em que essa oportunidade é determinada pelo volume e tipo de poder, ou falta deles, de dispor de bens ou habilidades em benefício de renda de uma determinada ordem econômica.

A inclusão da variável orientação formal como objetivo coletivo é uma decorrência de terem alguns autores, atribuído a expansão experimentada pelo cooperativismo no Brasil ao fato de ser esta instituição percebida pelo produtor rural como um meio econômico capaz de permitir-lhe ampliar a retenção de sua parcela no preço final do seu produto ou, pelo menos, atenuar a descapitalização de sua empresa, como será demonstrado a seguir.

A política econômica, segundo MARTINS (13), adota da depois de 1930 e que, especialmente a partir de 1937, revelou preocupações industrialistas por parte do Governo Federal, fez com que o setor agrário suportasse os custos de constituição da economia. MARTINS (13) e SOARES (30) explicaram que esta situação se processa pelos mecanismos cambiais que incidem sobre as ex

portações de produtos agropecuários e a fixação dos preços destes produtos que se destinam ao abastecimento do mercado interno.

O modo substitutivo de industrialização, segundo SOARES (30) longe de diminuir as importações totais, aumentou-as requerendo a importação contínua de bens de capital, matérias-primas e de combustíveis, mas não ampliou substancialmente as exportações industriais. Tal situação faz recair sobre o setor agropecuário exportador o peso de toda esta política, ao criar taxas especiais de câmbio para a exportação, ficando a indústria com boa parte do excedente produzido pelos produtores agropecuários.

Quanto às implicações de uma política que fixa os preços dos produtos agropecuários que se destinam ao mercado interno, MARTINS (14) considera que uma política agrária que permitisse a fixação dos preços dos produtos agrícolas e pecuários em função dos custos reais de produção, a partir de uma taxa "satisfatória" de remuneração de capital, implicaria numa elevação dos custos de produção industrial, pois seriam necessários melhores salários para atender as necessidades mínimas de reposição de mão-de-obra.

Tomando como referência estudos sobre a participação de produtos de origem rural nas despesas familiares da população paulistana, realizados de 1934 a 1970, MARTINS (14) assinala que os dispêndios com a alimentação corresponde à metade do ganho familiar. A elevação, por hipótese, dos preços dos produtos agrícolas provocaria um aumento maior na percentagem de dispêndios com a alimentação, forçando uma alta de salários ou uma re-

dução da parcela reservada à remuneração do capital.

Esta política, segundo MARTINS (14), faz com que órgãos oficiais responsáveis pela fixação de preços e pelo controle da comercialização dos artigos de exportação funcionem basicamente como meios reguladores da transferência de renda do setor rural para o urbano-industrial. A manifestação de problemas dessa natureza estimulou, uma forma de associativismo de atuação predominantemente econômica, o cooperativismo, que constituiu-se na técnica econômica capaz de permitir ao produtor rural ampliar a retenção de sua parcela no preço final do produto ou, ao menos atenuar a descapitalização no plano do estabelecimento rural. Considera MARTINS (13) que o cooperativismo, enquanto dimensão dos movimentos associados agrários, tem também suas implicações políticas, uma vez que se reveste da condição de instrumento de defesa de interesse de classe.

O termo "informal" caracteriza as orientações nas quais o agente visualiza a cooperativa como um meio que outras pessoas manipulam para satisfazer objetivos pessoais ou de grupo. Por exemplo, um meio que uma pessoa manipula para a sua promoção pessoal.

A variável orientação institucional caracteriza as orientações onde o entrevistado, não percebendo nenhuma alternativa ao seu alcance para a solução de seus problemas, situa a intervenção do setor público como o único meio para solucioná-los ou contorná-los.

A variável orientação formal permitirá detectar



se a cooperativa é considerada pelos produtores rurais entrevistados como um meio fundamental ou não para a solução de seus problemas, o que poderá ser relacionado: (a) com a associação ou não dos entrevistados; (b) com o interesse ou desinteresse dos associados pela sua cooperativa.

As orientações informais são consideradas como uma manifestação de que os entrevistados visualizam a cooperativa, não como um instrumento de satisfação de certas necessidades relacionadas com as atividades desenvolvidas nas suas empresas, mas como um meio manipulado por outras pessoas para promoção pessoal ou social. As ações de tais agentes podem se constituir em significativos obstáculos ao desenvolvimento da cooperativa condicionando o desinteresse por parte dos associados e não atraindo aqueles que não são associados.

### 2.3. Hipótese

Na medida em que no processo de orientação o ator procura selecionar os meios de acordo com a capacidade que tais objetos possuem para gratificar as suas necessidades e que a ação de associar-se à cooperativa é fruto deste processo, assume-se em ambas as áreas compreendidas por este estudo que os cooperados, ao contrário dos não-cooperados, apontam a cooperativa, com mais frequência do que os demais objetos situacionais, como um meio para a solução de seus problemas ligados à produção e comercialização de produtos agropecuários.



#### 2.4. Formas de análise das variáveis

Os dados obtidos foram analisados da seguinte forma: (a) análise tabular - usada para caracterização das amostras de cooperados e não-cooperados das duas zonas de estudo quanto à orientação manifestada sobre a cooperativa como um meio alternativo para a solução de problemas e quanto às suas características sócio-econômicas e natureza de suas explorações; (b) prova de " $\chi^2$  para duas amostras independentes" será empregada para detectar se as amostras dos produtores rurais cooperados e não-cooperados apresentam diferenças conforme o enunciado da hipótese estabelecida.

A prova do  $\chi^2$  para duas amostras independentes é um teste não paramétrico. A escolha de um teste não paramétrico decorre das vantagens que tais técnicas estatísticas apresentam para as ciências do comportamento: (a) ao aplicá-las não é necessário fazer suposições sobre a distribuição da população da qual tenham sido extraídos os dados para análise; (b) as técnicas não paramétricas podem ser aplicadas a dados que não sejam exatos do ponto de vista numérico, mas que disponham simplesmente de "pontos", ou número de ordem.

#### 2.5. Áreas do estudo

Na figura 2, zonas fisiográficas do Estado de Minas Gerais, destacam-se as áreas de estudo:

### 2.5.1. Zona Fisiográfica do Sul

A zona fisiográfica do sul ocupa uma área de 54.534 Km<sup>2</sup> com uma população de 1.753.240 habitantes, com uma densidade (Hab. Km<sup>2</sup>) 26,6. A população urbana com 971.600 habitantes e a Rural 781.640; com 55,4% urbana e 44,6 rural. Segundo o Banco de Desenvolvimento Econômico (17).

Para comunicações, o sistema telefônico oferece mais rapidez; conta com 16.374 telefones, sendo que para cada 100 habitantes a relação é de 1 telefone.

O sistema viário liga a Região aos principais centros estaduais e nacionais. A facilidade de transporte verifica-se pela existência de linha de ônibus, que diariamente liga as principais cidades regionais com Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro. Tal facilidade de transporte é explicada, em parte, pela posição privilegiada do Sul de Minas, que o torna, relativamente equidistante dos referidos centros urbanos.

A distribuição fundiária é singular em relação à do Estado. Os latifúndios da Região apresentam superfície média de 43% - inferior à superfície média dos latifúndios do Estado. O Sul de Minas caracteriza-se pois, por acentuada divisão de terras. A superfície média, por propriedades, é de cinquenta e dois hectares, contra cem hectares médios no Estado, conforme INDI (31).

A principal atividade econômica concentra-se na agropecuária, 25% da produção agropecuária estadual são oriundos do Sul de Minas. As atividades básicas do setor são: pecuária

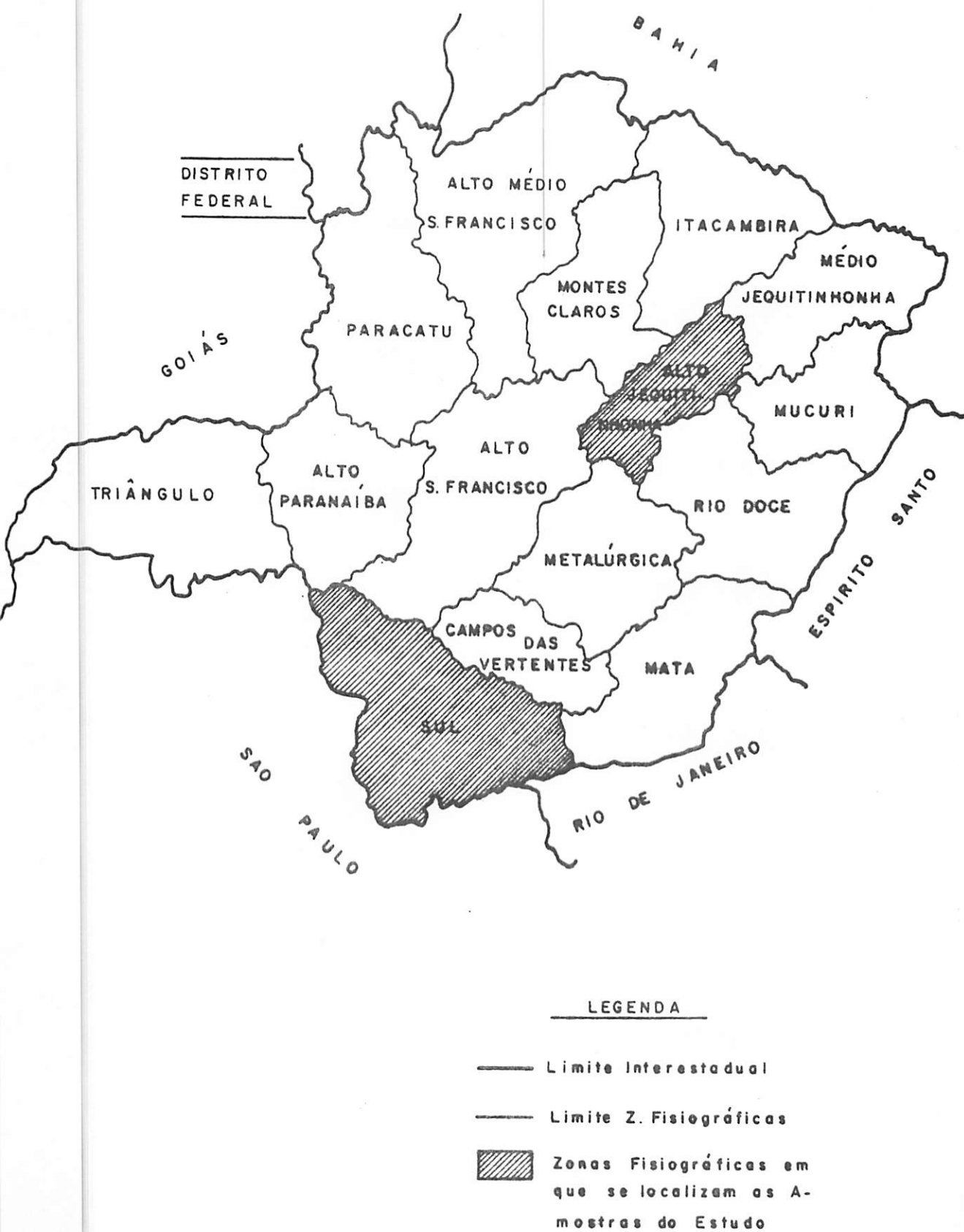


FIGURA 2 - Zonas Fisiográficas do Estado de Minas Gerais.

leiteira e agricultura, especialmente a cafeicultura.

Do sul, provêm 32% do leite e 20% da carne produzida em Minas Gerais (8). Os rebanhos bovinos e suínos da região participam com 15 a 14%, respectivamente, para o cômputo estadual. Igualmente relevante é a produção avícola. Os dados do Quadro 1, embora reportem ao censo de 1970, fornecem uma idéia da importância do Sul de Minas para produção agropecuária mineira.

Em 1972 quatorze municípios sul-mineiros ministravam ensino superior através de vinte e seis estabelecimentos, a saber: doze faculdades de Filosófica, Ciências e Letras, quatro de Administração e Ciências Econômicas, três de Engenharia, duas de Medicina, duas de Direito, uma de Enfermagem, uma de Farmácia e Odontologia e uma de Agronomia (8).

O ensino de primeiro grau é ministrado em 673 estabelecimentos urbanos e 2.426 estabelecimentos rurais. O ensino de segundo grau está sob os cuidados de 168 estabelecimentos urbanos e dois rurais segundo INDI (31).

Em onze municípios ministraram-se cursos profissionalizantes através de vinte e três estabelecimentos. Os cursos oferecidos são orientados para atender à especialização de mão-de-obra demandada pelo emergente parque industrial sul-mineiro.

O movimento cooperativista da Região apresenta oscilações notórias quando analisado através da comparação entre as micro-regiões homogêneas. Predominam as cooperativas de produção que, na sua maioria, são formadas por produtores rurais. Quando 1, CESAR (5).

QUADRO 1 - Número de Cooperativas Segundo a Classificação de Cooperativas e Micro-Regiões no Sul de Minas.

	Cooperativas				Total
	Produção	Consumo	Serviços	Elet. Rural	
Furnas	15	3	-	2	20
Mogiana Mineira (194)	5	1	-	1	7
Planalto de Poços de Caldas (197)	1	-	-	-	1
Planalto Mineiro (198)	14	1	-	1	16
Alto Rio Grande (199)	3	-	-	1	4
Alto Mantiqueira (202)	3	-	-	1	4
<b>TOTAL</b>	<b>41</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>52</b>

FONTE : (6) César.

### 2.5.2. Zona Fisiográfica do Alto Jequitinhonha

O alto Jequitinhonha ocupa uma superfície de 26.138 Km<sup>2</sup> com uma população de 277.603 habitantes e uma densidade de 10,6 habitantes por quilômetro quadrado.

A população encontra-se assim distribuída: a urbana com 62.848 habitantes e a rural com 214.755, num percentual de 22,6% para área urbana e 77,4% para a rural. A zona fisiográfica do Alto Jequitinhonha conta com 22.268 Km<sup>2</sup> de estradas, federais, estaduais, municipais e particulares. A utilização da terra é da

seguinte forma : número de imóveis 18.145 com 358.375,1 hectares, a lavoura com 76.542,8 ha, a pecuária com 239.872,1 hectares e floresta com 41.960,2 hectares INDI (31).

A região conta com 115 estabelecimentos no setor industrial e 37 no setor alimentar; conta também com 480 telefones numa relação de 0,19 telefones para cada 100 habitantes.

A predominância das atividades agropecuárias na região pode ser constatada pelo elevado percentual da população economicamente ativa, que a elas se dedicam. Segundo dados do Censo Demográfico de 1970, 77% desta população, concentrava-se na agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca. E apenas 7,7% desta população pertencia à atividade industrial. Só os municípios de Diamantina e Gouveia possuem atividades industriais de certa importância INDI (31). Mesmo assim é oportuno mencionar que as unidades produtivas industriais aí localizadas, e pequenos estabelecimentos existentes nos demais municípios da Região, surgiram vinculados aos recursos naturais e à atividade agropecuária e permanecem, de forma generalizada com tal característica.

Devido à predominância dos métodos tradicionais nas atividades agrícolas a sua contribuição para a formação de capital e conseqüente transferência para o setor secundário é ainda incipiente e residual INDI (31).

Mesmo sendo predominante em toda a região, a atividade agropecuária ali desenvolvida - dadas as más características, de um lado existindo a exploração extensiva da pecuária de corte, e de outro, uma agricultura tradicional e de baixo nível

tecnológico - não tem contribuído de maneira satisfatória para a fixação do homem no campo, resultando em um crescente êxodo para as cidades da região INDI (31).

Ainda de acordo com dados do Cadastro de Imóveis Rurais, da área total dos imóveis rurais, 3.830 hectares representam a área aproveitável, sendo que 84% estavam sendo explorados. Desta forma, restam cerca de 600 mil hectares, correspondendo a 16% da área aproveitável, não explorados e cadastrados. É oportuno mencionar também que parte da área da região, incluindo as propriedades rurais privadas e terras devolutas, não deve ter sido cadastrada, aumentando a área total aproveitável disponível para exploração (8).

A categoria predominante de estabelecimentos, segundo classificação do INCRA, são os minifúndios, participando com 80% dos imóveis da região. Esses estabelecimentos empregam 221 mil pessoas, sendo que 60% destas são classificados como "assalariados temporários" e 35% como "pessoas dependentes do proprietário".

Apesar de constituir a atividade predominante na Região a agricultura apresenta níveis de produtividade extremamente baixos. Considerando o rendimento da terra, verifica-se que o valor por hectare explorado é baixíssimo. E, 1972 o valor de produção por ha explorado foi de Cr\$ 44,00 no Vale e de Cr\$ 90,00 no Estado. Uma vez que a relação mão-de-obra por área explorada é bem semelhante entre o Vale e o Estado, pode-se dizer que o baixo rendimento se deve à baixa produtividade da mão-de-obra ou da terra (8).

1971.

REGIÕES	COOPERATIVAS									
	Consumo		Produtores		Eletr. Rural		Total			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
I	39	66,1	38	21,6	10	29,5	87	32,4		
II	9	15,2	29	16,5	3	8,8	41	15,2		
III	3	5,1	43	24,4	7	20,6	53	19,8		
IV	4	6,8	12	6,8	3	8,8	19	7,0		
V	-	-	13	7,4	7	20,6	20	7,4		
VI	1	1,7	12	6,8	1	2,9	14	5,2		
VII	1	1,7	15	8,5	-	-	16	6,0		
VIII	2	3,4	14	8,0	3	8,8	19	7,0		
	59	100,0	176	100,0	34	100,0	269	100,0		

FONTE: Levantamento Cadastral das cooperativas INCRA/DECCOOP/1971



Verifica-se, então, que a agropecuária, principal atividade econômica da região e da qual depende parcela significativa da população, apresenta um caráter tradicional de baixo nível tecnológico e decadência, ocasionando baixo nível de renda para a mão-de-obra rural e péssimas condições de vida para a população do campo INDI (31).

O Quadro 2 mostra o número de cooperativas e estrutura percentual em relação ao total do Estado.

## 2.6. Amostragens

Nas pesquisas conduzidas por ALENCAR (1) e por CÉSAR (5), cujos dados serão utilizados neste estudo, foi estabelecida uma amostra estatística por proprietários rurais associados à cooperativa e outros proprietários rurais não-associados.

A amostragem de CÉSAR (5) obedeceu aos seguintes passos: (a) os produtores do município estudado foram, por exclusão, divididos em dois grupos: cooperados e não-cooperados; (b) as áreas das empresas do município foram agrupadas em classes de até 50 ha; de 51 ha a 100 ha e mais de 100 ha; (c) buscou-se determinar aleatoriamente, 10% de cada classe para constituir a amostra. A composição das amostras utilizadas nos estudos de ALENCAR (1) e CÉSAR (5) é especificada nos Quadros 3 e 4.

QUADRO 3 - Composição das amostras da Pesquisa "Valorização da Administração e da cooperativa no Subsistema Rural : um estudo de caso". Sul de Minas 1977.

ÁREA (ha)	Cooperados	Não-Cooperados	Total
Até 50	10	20	30
51 a 100	9	4	13
Mais de 100	10	4	14
TOTAL	29	28	57

FONTE: CÉSAR (6)

QUADRO 4 - Composição das amostras da Pesquisa "Valorização da Cooperativa Agrícola de Gouveia (MG)" Gouveia 1974.

ÁREA (ha)	Cooperados	Não-Cooperados	Total
Até 100	9	7	16
de 101 a 300	6	5	11
Mais de 300	2	4	6
TOTAL	17	16	33

FONTE: ALENCAR (1).

Uma vez que CÉSAR (5) não mencionou o nome do município e da cooperativa do seu estudo por considerar que o sigilo confere maior autonomia ao pesquisador deixando-o à vontade

para expor os resultados e, ademais, o nome da localidade não é elemento imprescindível para a clareza dos resultados obtidos, respeitaram-se neste trabalho as suas colocações e a cooperativa localizada na Região Sul do Estado de Minas Gerais será, denominada de Cooperativa Sul-Mineira.

## 2.7. Técnicas de coleta de dados

Tanto no estudo de ALENCAR (1) quanto no estudo de CÉSAR (5) foram utilizadas as mesmas técnicas para a coleta de dados: (a) ficha individual de informante; (b) roteiro de entrevista.

A ficha individual de informante consta de perguntas fechadas, relacionadas com as características sócio-econômicas dos entrevistados e com a natureza de suas explorações agropecuárias. O roteiro de entrevistas é composto de perguntas abertas que visam a colher informações sobre as variáveis atitudinais.

Os autores citados optaram pelo roteiro e não por questionário com perguntas fechadas em decorrência de natureza das informações pretendidas, que constituem uma realidade pouco estudada e além do mais, por considerarem que a entrevista com roteiro, por meio de suas questões mais flexíveis, facilita a maior penetração do pesquisador no meio sócio-econômico e também cria condições mais abertas e maleáveis ao diálogo espontâneo e natural entre o pesquisador e o entrevistado.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo serão expostos os resultados obtidos por este estudo tendo como base o seguinte tópico:

#### 3.1. Orientação dos produtores rurais

Nesta seção apresentar-se-á o processo de orientação aos produtores rurais com vista à satisfação de suas necessidades. Sendo este estudo conduzido a partir do ponto de vista do agente, o produtor rural, o primeiro passo para a análise desse processo de orientação consiste na caracterização das condições que ele atesta de seu empreendimento agropecuário e percebe como obstáculos ao desenvolvimento de suas atividades. A identificação de tais condições é fundamental para esta análise, pois elas representam para o agente necessidades a serem satisfeitas, sendo dessa forma objetos potenciais para suas ações.

À medida que a consecução de um objetivo, como está explícito no modelo teórico deste estudo, no capítulo material e métodos, requer o estabelecimento de meios para concretizá-lo (o que é fruto de um processo onde os meios potenciais são localiz

zados, discriminados e avaliados de acordo com as potencialidades percebidas pelo agente, com vista à satisfação de suas necessidades), o segundo passo dessa análise consiste em identificar quais foram os objetos situacionais detectados como meios e quais foram os fatores que interferiram neste processo levando à seleção de determinados meios em detrimento de outros.

Na próxima seção serão expostas e discutidas as condições apontadas pelos produtores rurais e, na seção seguinte a esta, os meios detectados pelos produtores como capazes de contornar ou solucionar tais condições, bem como a orientação de tais produtores em relação à cooperativa como um desses possíveis meios alternativos.

### 3.1.1. Condições percebidas pelos produtores como obstáculos ao desenvolvimento de suas atividades agropecuárias.

As principais condições que do ponto de vista dos produtores rurais entrevistados são apontados como fatores que limitam suas atividades, estão apresentadas nos Quadros 5 e 6.

Nas duas áreas abrangidas por este estudo, as condições apontadas com maiores frequências foram falta de mão-de-obra, preço dos produtos agropecuárias e preço dos insumos. Entre os cooperados e não-cooperados da Cooperativa de Gouveia, o somatório das frequências pelas quais estas condições foram apontadas representam, 70,00% das condições citadas e, entre os coope

rados e não-cooperados da Cooperativa Sul-Mineira, esta relação foi de 88,40% (Quadros 5 e 6). A falta de mão-de-obra é considerada pelos produtores rurais da área de ação da Cooperativa de Gouveia como responsável pela desestruturação do sistema produtivo rural no município, acarretando decréscimo na área plantada e a desarticulação da indústria doméstica.

Entre os produtores rurais da área de ação da Cooperativa de Gouveia que possuem propriedades com mais de 100 ha a escassez de mão-de-obra foi a condição de maior frequência, 32,00% (Quadro 5).

Mas, mesmo entre os entrevistados que possuem propriedades inferiores a 100 ha, a falta de mão-de-obra é uma condição sentida, representando 13,00% das condições apontadas pelos cooperados e 17,80% das condições apontadas pelos não-cooperados.

Dentre os entrevistados do município onde está situada a Cooperativa Sul-Mineira, à exceção dos cooperados de propriedades com mais de 50 ha onde não se verificou nenhuma ocorrência, a escassez de mão-de-obra foi uma das condições que apresentou maiores frequências (Quadro 6). Tal fato pode ser explicado, a exemplo do que ocorreu na área de ação da Cooperativa de Gouveia com os entrevistados que possuem propriedades pela elevada percentagem de empresas que utilizam empregados (82,70%), sejam estes temporários ou permanentes ou ainda apresentados em combinação com a força de trabalho familiar. A dependência deste tipo de mão-de-obra, aliada à imigração, como ainda os encargos sociais, seriam condicionantes da elevada frequência com que os entrevista

QUADRO 5 - Cooperados e Não-Cooperados, Área da Propriedade e Percentagem das Frequências das Condições Apontadas como Obstáculos ao Desenvolvimento das Atividades Agropecuárias. Cooperativa de Gouveia. (1974).

CONDIÇÕES APONTADAS	COOPERADOS			NÃO-COOPERADOS			TOTAL %
	Até 100 ha %	Mais de 100 ha %	Subtotal %	Até 100 ha %	Mais de 100 ha %	Subtotal %	
Falta de mão-de-obra	13,00	32,00	21,50	17,80	34,60	25,90	23,60
Preços dos Produtos Agropecuários	22,60	24,00	23,10	21,40	26,90	24,10	23,60
Preços dos Insumos Agropecuários	22,60	24,00	23,10	21,40	23,20	22,20	22,70
Dificuldades de conseguir empréstimos	16,10	4,00	10,70	14,30	3,80	9,30	10,00
Locais para compra de Insumos	16,10	4,00	10,70	14,30	-	7,40	9,10
Falta de canais de Comercialização	6,40	8,00	7,10	7,20	3,80	5,60	6,50
Impostos elevados para Comercializar a Produç.	3,20	4,00	3,80	3,60	-	1,80	2,70
Preço elevado para alugar trator	-	-	-	-	7,70	3,70	1,80
TOTAL	100,00 (31)	100,00 (25)	100,00 (56)	100,00 (28)	100,00 (26)	100,00 (54)	100,00 (110)

FONTE: Dados da Pesquisa de Gouveia (MG) 1974.

30 QUADRO 6 - Cooperados e Não-Cooperados, Área da Propriedade e Percentagem das Frequências das Condições Apontadas como Obstáculos ao Desenvolvimento das Atividades Agropecuárias. Cooperativa Sul-Mineira. (1977).

CONDIÇÕES APONTADAS	COOPERADOS			NÃO-COOPERADOS			TOTAL %
	Até 50 ha %	Mais de 50 ha %	Subtotal %	Até 50 ha %	Mais de 50 ha %	Subtotal %	
Falta de mão-de-obra	46,10	-	25,00	25,00	50,00	32,10	28,80
Preços dos Produtos Agropecuários	30,80	45,40	37,50	35,00	37,50	35,70	36,50
Preços de Insumos	15,40	27,30	20,80	30,00	17,50	25,00	23,10
Dificuldades para conseguir empréstimos	-	18,20	8,30	10,00	-	7,10	7,70
Falta de Canais de Comercialização	7,70	-	4,20	-	-	-	1,90
Impostos elevados para comercializar a produção	-	9,10	4,20	-	-	-	1,90
TOTAL	100,00 (13)	100,00 (11)	100,00 (24)	100,00 (20)	100,00 (8)	100,00 (28)	100,00 (52)

FONTE: Dados da Pesquisa Sul-Mineira. 1977.



dos desta área apresentam a escassez de mão-de-obra como obstáculo ao desenvolvimento de suas atividades.

Os preços dos insumos e dos produtos agropecuários como já foi observado ocupam lugar de destaque entre as condições apontadas pelos entrevistados como obstáculos às suas atividades. Na área de ação da Cooperativa de Gouveia os preços dos produtos agropecuários, a escassez de mão-de-obra, os preços dos insumos foram os obstáculos que mais se destacaram (Quadro 5). No município onde está situada a Cooperativa Sul-Mineira, os preços dos produtos agropecuários e os preços dos insumos constituíram os obstáculos apontados (Quadro 6).

Para os produtores rurais, cooperados e não-cooperados da Cooperativa de Gouveia, com propriedades inferiores a 100 ha estes obstáculos assumem conotações específicas com a interação de outras condições como ausência no município de locais para compra de insumos e comercialização da produção (Quadro 5). O Quadro 7 mostra que 81,40% dos insumos e implementos agropecuários utilizados pelos não-cooperados da Cooperativa de Gouveia eram adquiridos fora do município, o que demonstra a fragilidade de um sistema de comercialização em Gouveia. Esta situação coloca os produtores de Gouveia sob duas áreas de influência: Curvelo e Diamantina que distam da sede desse município, respectivamente 100 e 35 Km.

Outro fato que pode ser observado pelo Quadro 7 é que os entrevistados de Gouveia que possuem propriedades com mais de 100 ha, têm maiores alternativas de compra, adquirindo os seus

produtos em centros mais distantes. Provavelmente o volume de produção que tais entrevistados obtêm do desenvolvimento de suas atividades agropecuárias, o que foi observado em discussões anteriores, possibilita-lhes um excedente maior, o que traduz em maiores rendas. Esta maior disponibilidade de recursos financeiros permite-lhes ampliar a área de aquisição de insumo para além dos limites dos municípios de Curvelo e Diamantina.

Os proprietários rurais que possuem áreas inferiores a 100 ha e cuja maior parte de produtos destina-se à subsistência familiar ou ao trato de criações, apontaram com maior frequência as "firmas particulares de Gouveia" (25,60% dos cooperados e 28,10% dos não-cooperados Quadro 7) como locais de compras onde, adquiriam insumos do que os produtores com áreas acima de 100 ha. Apontaram ainda com maior frequência do que os demais entrevistados, a falta de locais para compra de insumos no município como um dos obstáculos ao desenvolvimento das atividades agropecuárias, embora este fato fosse um problema geral.

A falta de local para a compra de insumos, máquinas e equipamentos não figurou como uma condição para os produtores rurais cooperados e não-cooperados da Cooperativa Sul-Mineira. Infere-se através do Quadro 8, que o município onde se localiza esta cooperativa, é mais bem servido por uma rede de distribuição de insumos, máquinas e equipamentos do que o município de Gouveia. Na área da Cooperativa Sul-Mineira somente 12,50% de tais fatores de produção foram adquiridos por estes entrevistados fora do município (Quadro 8).

As dificuldades para se conseguir empréstimos bancários é outra condições que figura tanto entre os produtores rurais da região de Gouveia, como entre os produtores da região da Cooperativa Sul-Mineira (Quadros 5 e 6). Ao contrário do que se verifica entre os cooperados e não-cooperados da Cooperativa de Gouveia, na área da Cooperativa Sul-Mineira esta condição foi mais freqüente entre os produtores que possuem propriedades com maior área, apesar de serem estes os que mais se têm valido deste recurso como já foi observado nas discussões anteriores e é mostrado pelo Quadro 6. No entanto, os questionários da região da Cooperativa Sul-Mineira utilizados neste estudo não possuem informações sobre os motivos pelos quais tal condição foi apontada.

Na área de ação da Cooperativa de Gouveia, esta condição foi mais freqüente entre os entrevistados que possuem propriedades com menor área, sejam estes cooperados ou não (Quadro 5). Através das declarações dos entrevistados observou-se que a explicação para tal fato está relacionada à incerteza quanto aos preços dos produtos agropecuários que, por parte do produtor é a fonte de recursos para o pagamento e amortização de suas dívidas, bem como, em alguns casos, a falta de documentação da propriedade que, como tal, figura como uma barreira institucional à hipoteca.

Os proprietários entrevistados na área de ação da Cooperativa de Gouveia apontaram ainda, embora com menor freqüência, as seguintes condições: falta de canais para a comercialização da produção, 6,50%; impostos elevados para comercialização da produção agrícola, 2,70%; preços elevados para o aluguel de tra-

40 QUADRO 7 - Cooperados e Não-Cooperados, Área da Propriedade e Percentagem das Frequências dos Locais de Compra de Insumos, Máquinas e Equipamentos. Cooperativa de Gouveia. 1974.

LOCAL DE COMPRA	COOPERADOS			NÃO-COOPERADOS			TOTAL %
	Até 100 ha %	Mais de 100 ha %	Subtot. %	Até 100 ha %	Mais de 100 ha %	Subtot. %	
Firmas Part. Fora Município	18,60	57,00	40,30	65,60	76,80	72,70	55,20
CAMIG (Fora Muni- cípio)	55,80	25,00	38,40	6,30	15,40	11,90	26,20
Firmas Particula- res de Gouveia	25,60	17,90	21,20	28,10	7,70	15,50	18,60
TOTAL	100,00 (43)	100,00 (56)	100,00 (99)	100,00 (52)	100,00 (52)	100,00 (84)	100,00 (183)

FONTE: Pesquisa de Gouveia (MG). 1974.

QUADRO 8 - Cooperados e Não-Cooperados, Área da Propriedade e Percentagem das Frequências dos Locais de Compra de Insumos, Máquinas e Equipamentos. Cooperativa Sul-Mineira. 1977.

LOCAL DE COMPRA	COOPERADOS			NÃO-COOPERADOS			TOTAL %
	Até 100 ha %	Mais de 100 ha %	Subtotal %	Até 100 ha %	Mais de 100 ha %	Subtot. %	
Cooperativa	51,70	48,30	50,00	24,00	26,10	24,70	39,30
Firma particular Município	25,00	22,20	23,60	38,90	49,50	42,50	31,50
Firma particular de fora do Município	14,00	19,20	16,70	8,10	3,60	6,60	12,50
CAMIG	3,50	4,70	4,10	18,10	11,70	16,00	9,10
Segunda mão	5,70	5,50	5,60	10,90	9,00	10,20	7,50
TOTAL	100,00 (228)	100,00 (234)	100,00 (462)	100,00 (221)	100,00 (111)	100,00 (332)	100,00 (794)

FONTE: Pesquisa Sul-Mineira (177).

tor, 1,80% (Quadro 5). Entre os entrevistados da área da Cooperativa Sul-Mineira, foram detectadas ainda as seguintes condições : falta de canais para comercialização da produção, 1,90%; impostos elevados para a comercialização da produção, 1,90% (Quadro 6).

### 3.1.2. Meios apontados como capazes de solucionar os problemas percebidos.

Os produtores rurais do município onde se localiza a Cooperativa Sul-Mineira apontaram os seguintes meios como capazes de solucionar ou controlar as condições por eles percebidas como obstáculos ao desenvolvimento de suas atividades agropecuárias: "meios institucionais", 42,30%; "cooperativa", 15,40%, "meios individuais", 15,40%; "união dos produtores", 7,70%, (Quadro 9). Além disso, 19,20% destes entrevistados declararam não saber como seus problemas poderiam ser solucionados (Quadro 9).

Com exceção dos cooperados com propriedades inferiores a 50 ha, onde a cooperativa foi apontada com maior frequência (38,50%), nas demais categorias prevalecem os "meios institucionais" (Quadro 9), onde a interferência do Governo é vista como o único meio que pode solucionar os problemas por eles percebidos, principalmente os relacionados com os preços dos produtos agropecuários e os preços dos insumos, condições apontadas com maior frequência como um dos obstáculos que limitam suas atividades, bem como tornar o crédito rural mais acessível e menos burocratizado, nos dizeres desses indivíduos. No entanto, houve casos em que a ação governamental foi invocada para acabar ou modificar a exten-

são das leis trabalhistas no campo.

A cooperativa como um meio para a solução dos seus problemas, foi citada com maior frequência entre os cooperados do que entre os não-cooperados e, como já foi observado, na categoria de cooperados com propriedades inferiores a 50 ha sua frequência, em termos percentuais, foi maior do que a dos outros meios apontados (Quadro 9). Para os produtores que citaram a cooperativa como um meio, tal instituição foi percebida tanto como uma agência instrumental para a satisfação de suas necessidades individuais, como um meio econômico e político, através do qual os produtores poderiam ser representados junto aos órgãos oficiais para reivindicar melhores preços para os seus produtos ou mesmo como uma forma de união de produtores para pressionar a melhor remuneração dos seus produtos. Esta última função atribuída à cooperativa, pelos produtores rurais, situa-se, enquanto dimensão dos movimentos associativos agrários, como um instrumento de defesa de interesse de classe.

Embora esta seja a conotação mais freqüente que se verificou entre os produtores rurais que apontaram a cooperativa como meio capaz de solucionar os seus problemas (62,50%), ela representa somente 9,60% dos produtores rurais entrevistados no município onde se localiza a Cooperativa Sul-Mineira. Os demais produtores que apontaram a cooperativa como um meio alternativo, viam-na como uma agência instrumental para satisfação de necessidades individuais. Para estes indivíduos, a Cooperativa deveria vender os insumos e manter os serviços de sua patrulha motomecanizada a um preço acessível e ampliar sua faixa de serviços, incor-

QUADRO 9 - Cooperados e Não-Cooperados, Classe de Tamanho de Propriedade e Meios Apontados como Capazes de Solucionar os Problemas Percebidos. Cooperativa Sul-Mineira. 1977.

MEIOS APONTADOS	COOPERADOS			NÃO-COOPERADOS			TOTAL %
	Até 50 ha %	Mais de 50 ha %	Subtotal %	Até 50 ha %	Mais de 50 ha %	Subtotal %	
Cooperativa	38,50	18,20	29,20	5,00	-	3,60	15,40
Institucional	7,70	63,60	33,30	45,00	62,50	50,00	42,30
Meios Individuais	23,10	9,10	16,70	15,00	12,50	14,30	15,40
União dos Produtores	-	-	-	15,00	12,50	14,30	7,70
Não Sabe	30,80	9,10	20,80	20,00	12,50	17,80	19,20
TOTAL	100,00 (13)	100,00 (11)	100,00 (24)	100,00 (20)	100,00 (8)	100,00 (28)	100,00 (52)

FONTE: Pesquisa Sul-Mineira (1977).



porando a comercialização do café e outros produtos rurais, descartando, dessa forma, o conteúdo de um instrumento de defesa de interesse da classe.

A categoria "meios individuais" do Quadro 9, representa o estabelecimento, por parte dos entrevistados, de mecanismos próprios para contornar as restrições situacionais que atuam sobre os seus empreendimentos, como a modificação do sistema produtivo de suas propriedades com o uso mais intensivo de máquinas frente à escassez de mão-de-obra ou mudança das atividades agropecuárias desenvolvidas na sua empresa, quando defrontam com as condições restritivas do preço do leite. Este mecanismo de adaptação verificou-se em todas as categorias de entrevistados, sendo mais frequentes entre aqueles que possuem propriedades com menores áreas : 23,10% dos cooperados e 15,00% dos não-cooperados com propriedades inferiores a 50 ha (Quadro 9).

Entre os não-cooperados, 14,30% (Quadros 9) declararam que a "união dos produtores" seria um meio para solução do preço do leite para conseguir melhores preços. No entanto, não foi possível detectar, a forma pela qual esta união de produtores poderia ser concretizada : se formalizada através de um órgão de associação de classe ou não.

A exemplo do que ocorreu entre os produtores do município onde está situada a Cooperativa Sul-Mineira, os não-cooperados e os cooperados da Cooperativa de Gouveia, apontaram com maior frequência (54,50%) a ação governamental como o meio para a solução dos seus problemas. Os outros meios apontados foram:

"cooperativa", 15,10%, "um comprador fixo para os seus produtos", notadamente os clerícolas, 3,99% (Quadro 10). 27,30% declararam não saber de nenhum meio alternativo que pudesse contornar os seus problemas (Quadro 10).

A ação governamental, da mesma forma como ocorreu na área da Cooperativa Sul-Mineiro, era percebida como um meio para solução das condições relativas aos preços dos produtos e insumos agropecuários e ao crédito. No entanto, os meios institucionais assumiram nesta área conotações específicas ao se revestirem de um conteúdo assistencialista. Para alguns produtores o governo deveria ajudar os pequenos produtores, distribuindo sementes e outros insumos, ajudando a arar a terra frente a escassez de mão-de-obra e o seu preço, como ilustra a seguinte declaração: "Precisava que o governo amparasse os menores. Ajudasse a arar a terra, desse sementes, pois a gente tem de fazer tudo na base da enxada. No prelo em que está a mão-de-obra e máquinas, vai cair a produção. Ninguém quer ficar mais na roça, e o mal é este (...)" (Extraída do questionário da Pesquisa de Gouveia).

Entre os 15,10% dos produtores que citaram a cooperativa como solução para seus problemas, alguns mencionaram também os meios institucionais. Para estes entrevistados a cooperativa foi apontada como um meio que poderia solucionar os problemas ligados à comercialização de produtos agropecuários, venda de insumos e os relacionados à escassez de mão-de-obra, através de uma patrulha motomecanizada. Por considerarem não possuir recursos para organizar uma cooperativa a ação de governamental era no

47  
 QUADRO 10 - Cooperados e Não-Cooperados, Classe de Tamanho de Propriedade e Meios Apontados como Capazes de Solucionar os Problemas Percebidos. Cooperativa de Gouveia. 1974.

MEIOS APONTADOS	COOPERADOS			NÃO-COOPERADOS			TOTAL %
	Até 100 ha %	Mais de 100 ha %	Subtotal %	Até 100 ha %	Mais de 100 ha %	Subtotal %	
Institucional	66,70	37,50	52,90	71,40	44,40	65,30	54,50
Cooperativas	11,10	12,50	11,80	14,30	22,20	18,70	15,10
Um comprador Fixo	11,10	-	5,90	-	-	-	3,00
Não sabem	11,10	50,00	29,40	14,30	33,30	25,00	27,30
TOTAL	100,00 (9)	100,00 (8)	100,00 (17)	100,00 (7)	100,00 (9)	100,00 (16)	100,00 (33)

FONTE: Pesquisa de Gouveia (MG).

vamente invocada, aliada a uma conotação paternalista: "O Governo deveria ajudar a organizar uma cooperativa aqui, dando trator e tudo para ajudar a gente" (...). (Extraída do questionário da Pesquisa de Gouveia). Também estes entrevistados atribuíram ao governo uma função de regência ou controle sobre a cooperativa. Para tais indivíduos a administração da cooperativa deveria ser fiscalizada por pessoas que estejam ligadas à administração governamental.

Ainda em relação à comercialização dos produtos agrícolas, 11,10% dos cooperados com empresas inferiores a 100 ha (Quadro 10) apontaram a "existência de um comprador fixo" no município como um meio que pude-se contornar tal condição. Segundo os entrevistados da área de ação da Cooperativa de Gouveia, a comercialização de produtos como alho, cebola e batatinha, era feita no comércio local ou através de compradores que vinham de fora, não tendo eles outras opções e, portanto, nem condições de reivindicar melhores preços de seus produtos.

Nas duas regiões abrangidas por este estudo os meios institucionais foram apontados com maior frequência do que os demais, como um instrumento capaz de contornar os problemas relacionados com os preços dos produtos e insumos agropecuários. Na área de ação da Cooperativa de Gouveia, a ação governamental revestiu-se ainda de conteúdo assistencialista ou de regência assistencialista ou de regência sobre a administração da cooperativa. A cooperativa foi percebida como um meio para satisfação de necessidades somente por 15,40% dos entrevistados do município onde se situa a Cooperativa Sul-Mineira e 15,10% dos entrevistados da área

de ação da Cooperativa de Gouveia, sendo inferiores as porcentagens dos indivíduos que, em cada uma das regiões declararam não saber como contornar as condições que percebiam como obstáculos ao desenvolvimento de suas atividades agropecuárias.

Os dados dos Quadros 9 e 10 demonstram que a hipótese deste estudo foi rejeitada. Em ambas as áreas estudadas, a cooperativa não foi o meio apontado com maior frequência pelos cooperados, para solução de seus problemas ligados à produção e comercialização de produtos agropecuários. Já entre os não-cooperados, onde esperava-se que a cooperativa não seria apontada como o meio de maior frequência, os dados obtidos confirmaram o enunciado da hipótese. O teste de  $x^2$  demonstrou não haver diferenças significativas ao nível de 10% entre os meios apontados pelos cooperados e não-cooperados, tanto na área de ação da Cooperativa de Gouveia quanto no município onde se situa a Cooperativa Sul-Mineira (Apêndice A, Quadros 19 e 20).

Constata-se que a maioria dos entrevistados, 85,00% (Quadros 9 e 10) não identificaram a cooperativa como um meio para a solução de seus problemas. No processo de seleção de meios com vista à consecução de um objetivo, o agente estabelece entre os possíveis meios alternativos uma avaliação relativa à potencialidade com que eles se apresentam para gratificar ou privar de gratificação. Uma vez que a potencialidade gratificante de um objeto ou seja a sua utilização, não é uma condição intrínseca, decorrendo da interferência condicionante de outros fatores situacionais, o próximo passo dessa análise buscará explicação para o fato da não-escolha da cooperativa por parte desses entrevistados ,

bem como os possíveis fatores que condicionaram este processo.

Os Quadros 11 e 12 apresentam as categorias de motivos pelos quais os entrevistados, cooperados e não-cooperados, deixaram de apontar a cooperativa como um meio para a solução de seus problemas.

Entre os entrevistados do município onde se localiza a Cooperativa Sul-Mineira, 52,30% declararam que a solução de seus problemas não está ao alcance da cooperativa (Quadro 11). Entre as categorias de entrevistados este motivo foi apontado, com mais frequência pelos cooperados e, entre estes, pelos produtores que possuem propriedades inferiores a 50 ha (Quadro 11). Deve-se observar, contudo, que o fato de considerarem que a solução de seus problemas não está ao alcance da cooperativa foi, também, o motivo mais apontado nas duas categorias de não-cooperados.

A explicação para este fato decorre dos produtores localizarem na área de ação governamental os problemas relacionados com o crédito rural, com os preços dos produtos e insumos agropecuários, sendo que, somente a soma destas duas últimas condições representa aproximadamente 59,00% das condições apontadas, (Quadro 6), e por este motivo acreditam serem os meios institucionais os únicos capazes de contorná-los. Deve-se recordar que somente 9,60% dos entrevistados do município onde se localiza a Cooperativa Sul-Mineira, viam a cooperativa como um possível meio através do qual os produtores poderiam reivindicar melhores preços para os seus produtos.

A cooperativa foi considerada como uma solução par

QUADRO 11 - Cooperados e Não-Cooperados, Classe de Tamanho de Propriedade e Motivos pelos quais não Indicaram a Cooperativa como um Meio para a Solução dos Problemas A pontados. Cooperativa Sul-Mineira 1977.

MOTIVOS APONTADOS	COOPERADOS			NÃO-COOPERADOS			TOTAL %
	Até 50 ha %	Mais de 50 ha %	Subtotal %	Até 50 ha %	Mais de 50 ha %	Subtotal %	
Informais	-	44,40	23,50	10,50	12,50	11,10	15,90
Não está ao alcance da Cooperativa	87,50	44,40	64,70	47,40	37,50	44,40	52,30
Cooperativa como uma Solução Parcial	12,50	11,10	11,80	-	-	-	4,50
Cooperativa não se interessa pelos problemas dos produtores	-	-	-	21,00	25,00	22,20	13,60
Não possuem informações sobre cooperativismo	-	-	-	21,00	25,00	22,20	13,60
TOTAL	100,00 (8)	100,00 (9)	100,00 (17)	100,00 (19)	100,00 (8)	100,00 (27)	100,00 (44)

FONTE: Pesquisa Sul-Mineira (1977).

cial para 11,80% dos cooperados (Quadro 11). E como tal ela era vista: (a) como um meio que poderia ajudar a contornar os problemas dos preços dos insumos vendendo-os, nos dizeres dos produtores, a preços mais acessíveis; (b) embora percebessem que a escassez de mão-de-obra, o seu preço e os encargos sociais fossem condições cujas soluções não estavam ao alcance da cooperativa, viam-na como um meio parcial para contornar tais problemas, à medida que a cooperativa ampliasse sua patrulha motomecanizada e prestasse os seus serviços aos associados a um preço compatível com as suas condições de pagamento.

Entre os não-cooperados 22,20% declararam não ter citado a cooperativa por julgarem que tal instituição não se interessa pelos problemas dos produtores e por visar somente ao lucro (Quadro 11). Igual percentagem dos não-cooperados declararam não possuir informações sobre cooperativismo (Quadro 11).

Os motivos informais justificaram, para 15,90% dos entrevistados, o fato de não terem apontado a cooperativa como um meio para a solução de seus problemas. A maior ocorrência de motivos dessa natureza verificou-se entre os cooperados com propriedades superiores a 50 ha (44,40%), não verificando em contra partida nenhum caso entre os cooperados com propriedades inferiores a 50 ha (Quadro 11). Com o título "informais" foram agrupadas as manifestações dos entrevistados onde a cooperativa era vista como um meio manipulado por outras pessoas para a promoção pessoal e também para se obter benefícios individuais ou de grupos.

Na área de ação da Cooperativa de Gouveia os motiu



vos de natureza informal foram predominantes em todas as categorias de entrevistados para justificar a não-inclusão da cooperativa como um possível meio para a solução de seus problemas, representando 50,00% dos motivos apontados pelos entrevistados (Quadro 12). A falta de condições técnicas que representa as dificuldades relacionadas com a falta de recursos financeiros e administrativos para a organização de uma cooperativa capaz de contornar as suas condições, foi apontada por 20,00% dos cooperados e 38,50% dos não-cooperados, como motivos pelos quais não citaram a cooperativa como um meio de solução de problemas (Quadro 12).

Os fatores de natureza "informal" e falta de "condições" técnicas estavam também presentes entre os produtores dessa área que apontaram a cooperativa como meio para a solução de seus problemas. É oportuno recordar que estes indivíduos reivindicavam auxílios governamentais para organização de uma cooperativa e atribuíam ao governo uma função de regência e controle sobre a administração dessa instituição.

A exemplo do que ocorreu entre os entrevistados da área da Cooperativa Sul-Mineira que não apontaram a cooperativa como um meio, 20,00% dos cooperados e 7,70% dos não-cooperados da Cooperativa de Gouveia, declararam que os problemas relacionados com os preços dos insumos e dos produtos agropecuários situavam-se na esfera governamental, não estando pois ao alcance da cooperativa (Quadro 12). 12,50% dos cooperados com empresas inferiores a 100 ha declararam não terem citado a cooperativa pois esta não facilita condições de pagamento e 16,70% dos não-cooperados com propriedades inferiores a 100 ha declararam não estarem

54 QUADRO 12 - Cooperados e Não-Cooperados, Classe de Tamanho de Propriedade e Motivos pelos quais não Apotaram a Cooperativa como um Meio para Solução dos Problemas Percebidos. Cooperativa de Gouveia. 1974.

MEIOS APONTADOS	COOPERADOS			NÃO-COOPERADOS			TOTAL %
	Até 100 ha %	Mais de 100 ha %	Subtotal %	Até 100 ha %	Mais de 100 ha %	Subtotal %	
Informal	35,50	71,40	53,31	50,00	42,80	46,10	50,00
Falta de condições Técnicas e Administração	25,00	14,30	20,00	33,30	42,80	38,50	28,60
Não está ao alcance da Cooperativa	25,00	14,30	20,00	-	14,30	7,70	14,30
Não facilita condições de Pagamento	12,50	-	6,70	-	-	-	3,60
Não estão informados sobre Cooperativismo	-	-	-	16,70	-	7,70	3,60
TOTAL	100,00 (8)	100,00 (7)	100,00 (15)	100,00 (6)	100,00 (7)	100,00 (13)	100,00 (28)

FONTE: Pesquisa de Gouveia (MG).

informados sobre cooperativismo (Quadro 12).

A orientação informal foi mais freqüente na região menos desenvolvida, compreendida pela área de ação da Cooperativa de Gouveia. Tal tipo de orientação pode ser um indicador de que a cooperativa esteja desempenhando outras funções além daquelas estabelecidas, sejam pelos setores públicos, pela doutrina ou legislação cooperativista, como por exemplo, ela pode estar funcionando como um mecanismo onde pessoas estejam fazendo prevalecer seus interesses pessoais ou de grupo ou mesmo políticos.

Na área de ação da Cooperativa de Gouveia, como foi observado anteriormente, a ação governamental revestiu-se ainda de características assistencialistas ou mesmo paternalistas. Tal aspecto pode também estar relacionado com a "síndrome de patronagem", ou seja a busca, por parte destes indivíduos, de benefícios a serem concedidos por pessoa mais poderosa que neste caso, seria o governo.

Outro fato que pôde ser detectado através do processo de orientação dos produtores rurais das duas regiões estudadas foi a predominância da orientação formal com objetivos individuais sobre a orientação forma com objetivos coletivos.

Como foi observado anteriormente, somente, 9,60% dos produtores rurais entrevistados no município onde se localiza a Cooperativa Sul-Mineira percebiam esta instituição como um meio econômico-político, através do qual os produtores poderiam ser representados junto aos órgãos oficiais para reivindicar melhores preços para os seus produtos ou mesmo como uma forma de união de

produtores para proporcionar a melhor remuneração de seus produtos. Tomando tais fatores como indicadores de orientação formal com objetivos coletivos pode-se pois concluir que é reduzido o número dos produtores que possuíam orientação dessa natureza.

As informações obtidas através de perguntas sobre os motivos pelos quais os produtores entrevistados não comercializavam os seus produtos através da cooperativa e os motivos pelos quais não adquiriam seus insumos somente na cooperativa e outras perguntas similares a estas, constituem por outro lado, os indicadores da orientação formal com objetivos individuais.

O tipo de vínculo estabelecido entre a cooperativa e os produtores através de uma orientação dessa natureza é a perspectiva de benefícios que podem obter nas suas transações comerciais com esta instituição. Tal característica pode ser observada através dos Quadros 13, 14, 15 e 16.

O Quadro 13 demonstra que "preço mais elevado" foi o motivo apontado com maior frequência (55,00%) pelos cooperados da Cooperativa Sul-Mineira para justificarem a não-aquisição de todos os insumos nesta cooperativa. Os outros motivos apontados por esta categoria de entrevistados foram: "não encontrava" 30,00%; "facilidade de transporte" 10,00%; "distância" 5,00%. A facilidade de transporte refere-se ao fato de algumas firmas comerciais entregarem os insumos na propriedade, serviço este não oferecido por essa cooperativa, conforme a declaração de alguns produtores. Observa-se que este motivo juntamente com a distância da propriedade à cooperativa foram apontadas pelos proprietários como moti-

vos pelos quais não adquiriam todos os insumos na cooperativa. Tal fato pode ser justificado por estes indivíduos nem sempre possuem veículos próprios para o transporte de suas mercadorias. Deve-se observar, contudo, que nas discussões anteriores efetuadas com base no Quadro 8 foi encontrado que 50,00% dos insumos, máquinas e equipamentos utilizados pelos cooperados da Cooperativa Sul-Mineira foram nela adquiridos, o que indica que de uma forma ou de outra, alguma vantagem estava sendo auferida nessas transações.

Entre os não-cooperados do município onde está situada a Cooperativa Sul-Mineira a não-percepção de vantagens entre os preços dos insumos comercializados pela cooperativa e firmas comerciais foi o motivo apontado com maior frequência (45,40%) para justificarem a não-associação a esta instituição (Quadro 14). Também foram condicionantes da não-associação a esta cooperativa, entre outros motivos apontados os fatores de natureza informal (21,40%) e o preço da cota parte (10,70%), como mostra o Quadro 14.

Os motivos pelos quais alguns dos cooperados não comercializavam o leite através da Cooperativa Sul-Mineira e os motivos pelos quais os não-cooperados não se associaram a esta cooperativa, onde poderiam desfrutar desse serviço, constituem outros indicadores da orientação formal com objetivos individuais. A perspectiva de melhor preço para o leite, a facilidade de transporte representam juntas 68,70% dos motivos pelos quais esses entrevistados justificaram a não-comercialização de sua produção de leite através da Cooperativa Sul-Mineira (Quadro 15).

Também na área de ação da Cooperativa de Gouveia

QUADRO 13 - Cooperados, Classe de Tamanho de Propriedade e Motivos pelos quais não Adquiriam todos os Insumos na Cooperativa. Cooperativa Sul-Mineira. 1977.

MOTIVOS	Até 50 ha %	Mais de 50 ha %	Total %
Preços mais elevados	45,40	66,70	55,00
Não encontravam	27,30	33,30	30,00
Facilidade de Transporte oferecida pelas demais Firmas	18,20	-	10,00
Distância	9,10	-	5,00
TOTAL	100,00 (11)	100,00 (9)	100,00 (20)

FONTE: Pesquisa Sul-Mineira (1977).

QUADRO 14 - Não-Cooperados, Classe de Tamanho de Propriedade e Motivos pelos quais não se Associam à Cooperativa onde poderiam Adquirir os Insumos. Cooperativa Sul-Mineira. 1977.

MOTIVOS	Até 50 ha %	Mais de 50 ha %	Total %
Coleta elevada para o pequeno produtor	15,00	-	10,70
Informal	20,00	25,00	21,40
Preços elevados	50,00	37,50	46,40
Não conhecem o funcionamento da Cooperativa	5,00	-	3,60
Não foram convidados	5,00	-	3,60
Não necessitam ser sócios para comprar	-	12,50	3,60
Gastam pouco insumo	-	25,00	7,10
Falta de oportunidade	5,00	-	3,60
TOTAL	100,00 (20)	100,00 (8)	100,00 (28)

FONTE: Pesquisa Sul-Mineira (1977).

80 QUADRO 15 - Cooperados e Não-Cooperados, Classe de Tamanho de Propriedade e Percentagem das Frequências dos Motivos pelos quais o Leite não é Comercializado Através da Cooperativa. Cooperativa Sul-Mineira, 1977.

MOTIVOS	COOPERADOS			NÃO-COOPERADOS			TOTAL %
	Até 50 ha %	Mais de 50 ha %	Subtotal %	Até 50 ha %	Mais de 50 ha %	Subtotal %	
Melhores Preços	42,80	25,00	31,60	28,60	50,00	34,50	33,30
Facilidade de Transporte	28,60	50,00	42,10	33,30	25,00	31,00	35,40
Honestidade	14,30	8,30	10,50	-	-	-	4,20
Amizade	-	16,70	10,50	-	-	-	4,20
Aproveitamento do soro	-	-	-	4,80	-	3,40	2,10
Pequena Produção	14,30	-	5,30	14,30	-	10,34	8,30
Comodidade	-	-	-	9,50	12,50	10,34	6,20
Tradição	-	-	-	-	12,50	3,40	2,10
A Não Proibição da Venda In Natura	-	-	-	9,50	-	6,90	4,20
TOTAL	100,00 (7)	100,00 (12)	100,00 (19)	100,00 (21)	100,00 (8)	100,00 (29)	100,00 (48)

FONTE: Pesquisa Sul-Mineira (1977).



QUADRO 16 - Percentagem das Frequências dos Motivos pelos quais os Produtores não Adquiriam Insumos na Cooperativa. Cooperativa de Gouveia. 1974.

MOTIVOS	COOPERADOS			NÃO-COOPERADOS			TOTAL %
	Até 100 ha %	Mais de 100 ha %	Subtotal %	Até 100 ha %	Mais de 100 ha %	Subtotal %	
Não encontravam o que necessitavam	40,00	54,40	46,20	25,00	45,40	36,80	42,20
Os preços eram mais elevados	40,00	27,30	34,60	37,50	9,10	21,10	28,90
Não Mantinham ativida- des Comerciais com Gouveia	-	-	-	25,00	36,40	31,60	13,30
Não Vendia a Prazo	7,00	9,10	7,70	12,50	9,10	10,50	8,90
Estava Sempre Fechada	13,00	9,10	11,50	-	-	-	6,70
TOTAL	100,00 (15)	100,00 (11)	100,00 (26)	100,00 (8)	100,00 (11)	100,00 (19)	100,00 (45)

FONTE: Pesquisa de Gouveia (MG) 1974.

ação formal com objetivos individuais foi detectada. Através do Quadro 16, onde estão reunidos os motivos apontados pelos cooperados e não-cooperados para o fato de não terem adquiridos insumos na cooperativa, pode-se observar que o fato de não encontrarem o produto e de considerarem elevados os preços oferecidos pela cooperativa, constituem os motivos apontados com maior frequência (71,10%). Os demais motivos apontados foram: não mantinham atividades comerciais em Gouveia, 13,30%; a cooperativa não vendia a prazo, 8,90%; estava sempre fechada, 6,70% (Quadro 16).

À medida que a cooperativa é valorizada pelos produtores como uma agência instrumental para a satisfação de suas necessidades econômicas individuais e não como um meio político-econômico, os "princípios ideológicos" do cooperativismo adquirem pouco significado como objeto de orientação do agente, no sentido de decidir pela permanência e lealdade à cooperativa. Pois como observa ALENCAR (1), um indivíduo que se mantém no grupo pela aptidão econômica é menos provável de nela permanecer do que um indivíduo que se mantém no grupo pelo fato de ele, em si, fornecer satisfação ou apresentar um grande ideal.

Não obstante exista predominância da orientação formal com objetivos individuais sobre orientação formal com objetivos coletivos, há evidência de que, mesmo através desse resultado, a cooperativa é vista pelos indivíduos das duas regiões compreendidas por este estudo, como um instrumento de modernização e que esta imagem não é apenas a ela atribuída pelos órgãos governamentais.

mostram que os serviços citados pelos entrevistados os quais deveriam ser oferecidos pela cooperativa aos seus associados, estão diretamente relacionados com a satisfação das necessidades explícitas na orientação formal com objetivos individuais, o que confirma o fato da cooperativa ser vista como um fator de modernização nas duas regiões abrangidas por este estudo.

O teste  $\chi^2$  demonstra que não foram significativas a nível de 10% em nenhuma das duas regiões as diferenças verificadas entre os cooperados e não-cooperados quanto aos meios apontados para a solução dos problemas percebidos, motivos pelos quais não citaram a cooperativa como meio e motivos pelos quais não comercializavam o leite através da Cooperativa Sul-Mineira. Através dos Quadros 19 e 20, apêndice A, verifica-se que não existe diferença significativa entre os indicadores da orientação formal com objetivos individuais ou seja a não-percepção de vantagem econômica nas transações comerciais com a cooperativa, bem como entre os motivos de natureza informal, e, entre a orientação institucional, quando são feitas comparações entre as amostras de cooperados e não-cooperados.

QUADRO 17 - Composição Percentual dos Serviços que uma Cooperativa Deveria Oferecer, por Categoria e Classe de Tamanho da Propriedade. Amostra em Estudo. Sul de Minas. 1977.

SERVIÇOS	COOPERADOS			NÃO-COOPERADOS			TOTAL %
	Até 50 ha %	Mais de 50 ha %	Subtotal %	Até 50 ha %	Mais de 50 ha %	Subtotal %	
Vendas de Insumos	15,40	-	8,30	50,00	62,50	53,60	32,70
Comercialização da Produção	23,10	45,40	33,30	-	-	-	15,40
Patrulha Motomecânica	46,10	9,10	29,20	25,00	25,00	25,10	26,90
Empréstimo	7,70	-	4,20	10,00	-	7,10	5,80
Venda a Prazo	-	-	-	-	-	-	-
Assistência Veterinária	7,70	45,40	25,00	10,00	-	7,10	15,40
Não Sabem	-	-	-	5,00	12,50	7,10	3,80
TOTAL	100,00 (13)	100,00 (11)	100,00 (24)	100,00 (20)	100,00 (8)	100,00 (28)	100,00 (52)

FONTE: Pesquisa Sul-Mineira (1977).

65 QUADRO 18 - Composição Percentual dos Serviços que uma Cooperativa Deveria Oferecer por Classe de Tamanho da Propriedade. Gouveia (MG). 1974.

SERVIÇOS	COOPERADOS			NÃO-COOPERADOS			TOTAL %
	Até 100 ha %	Mais de 100 ha %	Subtotal %	Até 100 ha %	Mais de 100 ha %	Subtotal %	
Vendas de Insumos	53,80	12,50	38,10	50,00	41,70	42,80	40,50
Comercialização da Produção	23,10	37,50	28,50	-	25,00	14,30	21,40
Patrulha Motomeca- nizada	15,40	12,50	14,30	25,00	16,70	23,80	19,00
Empréstimos	7,70	25,00	14,30	12,50	8,30	9,50	11,90
Venda a Prazo	-	12,50	4,80	-	-	-	2,40
Assistência Veterinária	-	-	-	-	8,30	4,80	2,40
Não Sabem	-	-	-	12,50	-	4,80	2,40
TOTAL	100,00 (13)	100,00 (8)	100,00 (21)	100,00 (9)	100,00 (12)	100,00 (21)	100,00 (42)

FONTE: Pesquisa de Gouveia (MG). 1974.

#### 4. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

##### 4.1. Conclusões

A análise do processo de orientação dos produtos rurais da área de ação da Cooperativa de Gouveia e da área da Cooperativa Sul-Mineira demonstrou que:

(a) Nas duas áreas abrangidas por este estudo, as condições apontadas com maiores frequências foram a falta de mão-de-obra, preços dos produtos agropecuários e preços dos insumos.

(b) As condições apontadas na área de ação da Cooperativa de Gouveia foram: dificuldades para conseguir empréstimos locais para compra de insumos, falta de canais de comercialização, impostos elevados para comercialização da produção e preços elevados para o aluguel de tratores. Na área de ação da Cooperativa Sul-Mineira, foram ainda citadas como condições as dificuldades para se conseguir empréstimos bancários, falta de canais de comercialização e impostos elevados para comercialização da produção;

(c) Concluiu-se que, na área da Cooperativa Sul-Mineira 87,50% dos insumos, máquinas e equipamentos foram adquiriu

dos no próprio município, sendo que a cooperativa aparece como principal fornecedora de tais fatores de produção (50,00%) para os cooperados bem como para os não-cooperados (39,30%). Na área de ação da Cooperativa de Gouveia a situação detectada é inversa, pois 73,80% dos insumos, máquinas e equipamentos usados pelos seus produtores eram adquiridos fora do município. Nesta área os menores proprietários tendem mais a adquirirem seus insumos no próprio município do que os grandes proprietários, o que justifica de certa forma, serem os pequenos proprietários os que mais apontaram a falta de locais de compra em Gouveia, como uma das condições para o desenvolvimento de suas atividades agropecuárias. Estes dados são indicadores, também, da fragilidade do sistema de comercialização de insumos do referido município.

(d) Os produtores rurais da área de ação da Cooperativa Sul-Mineira, apontaram os seguintes meios para solução dos problemas de suas atividades agropecuárias: cooperados: cooperativas, meios institucionais, meios individuais; não-cooperados: cooperativa, meios institucionais, união dos produtores.

(e) Os produtores rurais da área de ação da Cooperativa de Gouveia, destacaram os seguintes meios para a solução de seus problemas em suas atividades agropecuárias: Cooperados: meios institucionais, cooperativas, um comprador fixo; não-cooperados: meios institucionais, cooperativa.

Conclui-se que, na área da Cooperativa Sul-Mineira os cooperados tendem mais a valorizar a cooperativa como um meio do que os não-cooperados, ocorrendo o inverso na área de ação da Cooperativa de Gouveia e que em ambas as áreas o meio apontado

com maior frequência como capaz de solucionar os seus problemas é o meio institucional.

A ação governamental era percebida pelos produtores entrevistados que apontaram os meios institucionais, como o único meio que poderia solucionar os problemas relacionados com o preço dos produtos agropecuários, preços dos insumos e os problemas relacionados com a obtenção do crédito rural por considerarem que tais condições, estavam situadas na própria esfera governamental.

Na área de ação da Cooperativa de Gouveia a ação governamental assumiu ainda as características de um paternalismo assistencialista ou de regência ou controle sobre a gerência da cooperativa.

Os cooperados e não-cooperados consideram como meio individual para solução de seus problemas, o estabelecimento de certos mecanismos próprios, visando a contornar as restrições situacionais ao sucesso de seus empreendimentos. Foram considerados principalmente, como a modificação do sistema produtivo, com o uso mais intensivo de máquinas frente à escassez de mão-de-obra ou à mudança de atividades agropecuárias quando defrontam com as condições restritivas do preço do leite.

Os produtores da área da Cooperativa Sul-Mineira, que apontaram a cooperativa como um meio, para solução dos seus problemas, viam-na como um instrumento econômico e político, através do qual os produtores poderiam ser representados junto aos órgãos oficiais para reivindicarem melhores preços para os produtos



ou mesmo como uma forma de união de produtores para pressionar a melhor remuneração de seus produtos. Para os demais entrevistados que citaram a cooperativa como um meio, ela era vista como uma agência instrumental para satisfação de necessidades individuais, o que é um indicador da orientação formal, com objetivos individuais.

Os motivos pelos quais os entrevistados da área da Cooperativa Sul-Mineira não apontaram a cooperativa como um possível meio para a solução de seus problemas foram: Cooperados - por não estarem al alcance da Cooperativa, 64,70%; Informais, 23,50%; cooperativa como solução parcial, 11,80%; Não-cooperados - não estão ao alcance da cooperativa, 44,40%, cooperativa não se interessa pelos problemas do produtor, 22,20%; não possuem informações sobre cooperativismo, 22,60%; informais, 11,10%.

Na área de ação da Cooperativa de Gouveia, os motivos apontados pelos entrevistados para justificarem o fato de não terem apontado a Cooperativa como um meio foram: Cooperados - informal, 53,30%; falta de condições técnicas e administrativas, 20,00%, não estão ao alcance da cooperativa, 20,00%; não facilitava condições de pagamento, 6,70%; Não-cooperados - informal, 46,10%, falta de condições técnicas e administrativas, 38,50%; não estão ao alcance da cooperativa 7,70%; não possuem informações sobre cooperativismo, 7,70%.

(f) Finalmente concluiu-se que, o tipo de vínculo estabelecido entre a cooperativa e os produtores é a perspectiva de benefício que estes podem obter nas transações comerciais com

aquela instituição. A influência que certos fatores ambientais como as características sociais, econômicas e políticas de um dado sistema social, podem exercer sobre as cooperativas levá-las ao desempenho de outras funções diversas dos objetivos que a elas são atribuídas.

Mas o tipo de vínculo estabelecido entre a cooperativa e os produtores é a perspectiva de benefício que estes podem obter nas transações comerciais com aquela instituição. A orientação tanto do cooperado como do não-cooperado, em relação à cooperativa é marcado por um traço individualizante, onde a cooperativa é percebida como uma agência instrumental para a satisfação de necessidades individuais e não como um meio econômico e político através do qual, poderiam os produtores reivindicar melhores preços para os seus produtos ou como instrumento de defesa de interesses de classe, frente a uma política econômica.

#### 4.2. Sugestões

Embora as constatações deste estudo estejam circunscritas no âmbito de duas regiões do Estado de Minas Gerais, elas servem como parâmetro para elaboração de outros estudos, principalmente, no que se refere à necessidade de perquirir sobre as influências ou sobreposição parcial dos remanescentes dos sistemas sociais, econômicos e políticos na estrutura formal de uma organização como a cooperativa.

Outro aspecto a ser destacado é a condução de no

vas pesquisas através da elaboração de escalas para que possa ser medido e comparado o processo de orientação aos produtores em relação à cooperativa como um dos meios possíveis para a solução de problemas oriundos das atividades agropecuárias.

## 5. RESUMO

Este estudo foi conduzido através da análise de questionários aplicados a uma amostra de 17 cooperados e 16 não-cooperados da área de ação da Cooperativa de Gouveia, localizada na região do Alto de Jequitinhonha do Estado de Minas Gerais, e a uma amostra de 24 cooperados e 28 não-cooperados do município onde se localiza a Cooperativa Sul-Mineira, nome fictício de uma cooperativa situada na região Sul do Estado de Minas Gerais, com o objetivo de identificar o significado que tais indivíduos atribuem à cooperativa como um meio alternativo para a solução de problemas pertinentes às atividades desenvolvidas em suas empresas rurais.

O estudo do processo de orientação do produtor rural em relação à cooperativa, foi orientado através de um modelo elaborado a partir das referências teóricas sobre a ação social. As variáveis utilizadas para a análise do processo de orientação foram as seguintes:

- Necessidades percebidas pelos produtores rurais refere-se àqueles elementos que, do ponto de vista do produtor ru

ral, são considerados obstáculos ao desenvolvimento de suas atividades agropecuárias e que, portanto, necessitam ser contornados ou solucionados;

- Orientação formal com objetivos coletivos quando os produtores visualizam a cooperativa como um instrumento de defesa de interesse de classe;

- Orientação formal com objetivo individual - quando a cooperativa é vista como um meio de satisfação de objetivos econômicos individuais;

- Orientação informal - caracteriza as orientações nas quais o agente visualiza a cooperativa como um meio que outras pessoas manipulam para satisfazer objetivos pessoais ou de grupo. Por exemplo para sua promoção pessoal;

- Orientação institucional - caracteriza as orientações onde o entrevistado, não percebendo nenhuma alternativa ao seu alcance para a solução de seus problemas, situa a intervenção do setor público como o único meio para solucioná-los ou contorná-los.

Além do resultado estatístico, a metodologia empregada, colocou em relevo a importância de se considerar possíveis influências dos fatores ambientais sobre a cooperativa, assinalando dimensões a serem analisadas em outros estudos sobre cooperativismo, principalmente formal como a cooperativa sobre os remanescentes tradicionais de um sistema social.

## 6. SUMMARY

This research was made analyzing questionnaires from seventeen cooperators and sixteen non-cooperators including Cooperative of Gouveia area located in the Alto of Jequitinhonha region, Minas Gerais State, and a sample of twenty four cooperators and 28 non-cooperators from the "Cooperative Sul Mineira" area, a false name for a Cooperative located in the South of Minas Gerais with the purpose to combine the meaning that such people give to the cooperative as a means in order to solve the problems related to their rural enterprises activities development.

The orientation process from the rural producer related to a cooperative was made by a worked model from the theories references about a social action.

The variants used to analyze the orientation process were :

- The rural producers needs that is, factors that from the rural producer view are considered barriers to the development of their cattle raising and so, must be solved.

- Formal Orientation with a collective purpose-The producers visualize the cooperative as an instrument and defensor of the group interest.

- The formal Orientation with the individual purpose. - The cooperative as a means of satisfaction of the individual economics objectives.

- Unformal Orientation - it is an orientation that visualize the cooperative as a means that other people handle to satisfy personal or a group objectives. For exemple - their self promotion.

- Institutional Orientation - The orientation from some interviewers is that the only solution for their problems is the intervension of the public sector.

Although these statistic results, the methodology used in this research accentuated the importance of considering the possible influences of the enviornmental factors about the cooperative, showing the dimensions to be analysed in the future about cooperativism, mainly the formal as a cooperative about the remaninder traditions of a social system.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ALENCAR, Edgard. Valorização da cooperativa agrícola de Gouveia - (MG) Viçosa, U.F.V., 1976. 117p. (Tese MS).
2. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL - 1965. Rio de Janeiro, IBGE, 1976. n.30, 1015p.
3. BORDA, Orlando Fals. Formación y deformación de la política cooperativa em la América Latina. Lima, Federación Nacional de Cooperativas de Crédito del Peru, 1970. 27p.
4. BRASIL. Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. Instituto de Planejamento. Segundo plano nacional de desenvolvimento: agricultura e abastecimento. Brasília, 1974 66p.
5. CÉSAR, Jasiel. Valorização da administração e da cooperativa no subsistema rural \_ um estudo de caso. Lavras. Escola Superior de Agricultura de Lavras, 1977. 172p. (Tese MS).
6. DAVIS, Kingsley. A sociedade humana. São Paulo. Fundo de Cultura, 1972, 1º Vol, 339p.



7. DIRETRIZES básicas do II plano mineiro de desenvolvimento econômico e social. Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte, 5(6):2-51, junho 1975.
8. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Belo Horizonte, n.5, n.6, jun. 1975. Edição especial.
9. GALJART, Bueno. Difusão Cultural, modernização e desenvolvimento. In: SZMRECSANYI, Tomás & QUEDA, Oriowaldo. Vida rural e mudança social. São Paulo, Ed. Nacional, 1973. , p.70-79.
10. GAVA, Eloy. Análise da administração de cooperativas agrícolas e sua influência na formação de capital, Estado do Espírito Santo, Viçosa, Universidade Federal de Viçosa, 1972, 194p. (Tese MS).
11. GERMANI, Gino. Política e sociedade uma época de transição. São Paulo, Mestre Jou, 1973. 309p.
12. LOPES, Juarez R. Brandão. Do Latifúndio à empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, 1976. 55p.
13. MARTINS, José de Souza. As relações de troca entre o campo e a cidade. In: Capitalismo e tradicionalismo - estudos sobre as contradições agrárias no Brasil. São Paulo, Pioneira, 1975. p.57-72.
14. \_\_\_\_\_. Modernização e problema agrário no Estado de São Paulo. In: Capitalismo e tradicionalismo - estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo, Pioneira, 1975. p.15-42.

15. MAUER Jr., Theodoro Henrique. As cooperativas de Consumo brasileiras: crise, recuperação e necessidade na conjuntura nacional. In: JOHANNTEN, Uwe. A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico. São Paulo, Fundação Friedrich Naumann. 1973. p.201-234.
16. \_\_\_\_\_. O cooperativismo: uma economia humana. São Paulo, São Paulo, Imprensa Metodista, 1966. 230p.
17. MINAS GERAIS. Banco de Desenvolvimento Econômico. População e Infraestrutura. Belo Horizonte, 1970. n.3, s.p.
18. MINAS GERAIS. Conselho Estadual de Desenvolvimento. Orientações preliminares para um programa de desenvolvimento agropecuário. Belo Horizonte, 1971. 19p.
19. MINAS GERAIS. Secretaria do Estado da Agricultura. Departamento de Cooperativismo. Diagnóstico do Cooperativismo em Minas Gerais. Belo Horizonte, 1972. 65p.
20. MINAS GERAIS. Secretaria do Planejamento e Coordenadoria Geral. II Plano mineiro de desenvolvimento econômico social. Belo Horizonte, 1976. 170p.
21. PARSONS, Talcott. Sociedades: perspectivas evolutivas e comparativas. São Paulo, Pioneira, 1969. 191p.
22. PARSONS, Talcoot; & SHILS, Edward A. Hacia una teoria general de la acción. Buenos Aires, Ed. Kapelusz, 1968. 555p.
23. PINHO, Carlos Marques. O Estado brasileiro, e as cooperativas. In: JOHANNEN, Uwe. A problemática cooperativa no desenvolvimento econômico. São Paulo, Fundação Friedrich Naumann, 1973. p.107-132.

24. PINHO, Diya Benevides. A doutrina cooperativa e a problemática do desenvolvimento econômico. In: JOHANNEN, Uwe. A problemática cooperativista no desenvolvimento econômico. São Paulo, Fundação Friedrich Naumann, 1973. p.15-47.
25. \_\_\_\_\_. A doutrina cooperativa no regime capitalista e socialista. 2.ed. São Paulo, Pioneiros, 1966. 161p.
26. RIGGS, Fred W. Administração nos países em desenvolvimento: a teoria da sociedade prismática. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1968. 509p.
27. RIOS, Gilvando de Sá Leitão. Cooperativas agrícolas no nordeste brasileiro e mudança social. Piracicaba, Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da U.S.P., 1976. 187p. (Tese MS).
28. RODRIGUES, Aroldo. Psicologia Social. Petrópolis, Vozes 1972 573p.
29. ROGERS, Everett M. Elementos da Difusão. In: WHITING, Gordon & GUIMARÃES, Lytton. Comunicação de Novas Idéias: pesquisas aplicáveis no Brasil. Rio de Janeiro, Financeira, 1969. p.23-37.
30. SOARES, Cláudio Ary Dillon. A questão agrária na América Latina. Rio de Janeiro, Zahar, 1976. 177p.
31. SUL DE MINAS. Informações Básicas para Investidores. Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais (INDI)./ SNT 77p.

32. TOUCHARD, Jean. História de las idea políticas. Madrid, Editorial Técnicos, 1964. 657p.
33. WEBER, Max. Ensaio de Sociologia. 2.ed. Rio de Janeiro , Zahar, 1971. 540p.

## APÊNDICE A

O teste de  $X^2$  demonstrou que não foram significativas a nível de 10% em nenhuma das duas regiões as diferenças verificadas entre os cooperados e não-cooperados quanto aos meios apontados para a solução dos problemas percebidos, motivos pelos quais não citaram a cooperativa como meio e motivo pelo qual não comercializavam o leite através da Cooperativa Sul-Mineira. Pode-se pois, concluir através dos quadros 19 e 20, apêndice A, que não existe diferença significativa entre os indicadores de orientação formal com objetivo individual ou seja a não-percepção de vantagem econômica nas transações comerciais com a cooperativa, bem como entre os motivos de natureza informal, e, entre a orientação institucional, quando são feitas comparações entre as amostras de cooperados e não-cooperados.

QUADRO 19 - Resultado do Teste de  $X^2$  entre Amostras de Cooperados e Não-Cooperados e Processo de Orientação. Cooperativa Sul-Mineira, 1977.

VARIÁVEIS	$X^2$
Meios apontados para solução dos problemas percebidos:	
meios institucionais x cooperativa e outros .....	0,2700
Motivos pelos quais não apontaram a cooperativa como meio para solução de problemas :	
Os problemas não estão ao alcance da Cooperativa x	
motivos informais e outros .....	1,000
Motivos apontados para a não-comercialização do leite através da cooperativa :	
melhor preço x facilidade de transportes outros	0,0760
Motivos pelos quais não adquiriam insumos somente na cooperativa: preços mais elevados x não encontra e outros	
	0,0850

Os valores não são significativos a nível de 10%

FONTE: dados da pesquisa

QUADRO 20 - Resultados do Teste  $\chi^2$  entre Amostras de Cooperados e Não-Cooperados e Processo de Orientação. Cooperativa de Gouveia, 1977.

VARIÁVEIS	$\chi^2$
Meios apontados para solução dos problemas percebidos	
Meios institucionais x cooperativas e outros	0,0252
Motivos pelos quais não apontaram a cooperativa como meio para solução de problemas : motivos informais x falta de condições técnicas e outras	0,0730
Motivos pelos quais não compravam só na Cooperativa :	
Preços mais elevados x não encontravam e outros	0,0830

Os valores não são significativos a nível de 10%

FONTE : Dados de pesquisa.